

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

FELIPE ALVES PEREIRA AVILA

**O DISCURSO CONTRADITÓRIO. UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS
DISCURSIVOS PRESENTES EM PERFIS NEONAZISTAS NO ORKUT**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração Linguística Aplicada, da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dr. Aracy Ernst-Pereira

Pelotas
2013

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

FELIPE ALVES PEREIRA AVILA

**O DISCURSO CONTRADITÓRIO. UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS
DISCURSIVOS PRESENTES EM PERFIS NEONAZISTAS NO ORKUT**

Banca Examinadora:

Professora Doutora Aracy Ernst-Pereira (Orientadora)

Professora Doutora Ercilia Ana Cazarin

Professora Doutora Marilei Resmini Grantham

Pelotas
2013

AGRADECIMENTOS

- Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UCPel e ao CNPq pela concessão da bolsa.

- À Professora Dra. Aracy Ernst-Pereira pela amizade, apoio, extrema dedicação e orientação ao meu trabalho e ao estágio de docência. Seus ensinamentos e ressalvas sempre foram úteis para minha reflexão e para minha formação profissional e acadêmica.

- À Professora Dra. Carmen Lúcia Matzenauer pelo denodo e sapiência revelados na condução do Programa de Pós-Graduação.

- Aos meus pais, Walter Ney Holz Avila e Maria Carolina Alves Pereira Avila por me ampararem em todos os momentos decisivos da minha vida.

- Às minhas irmãs Raquel Alves Pereira Avila e Cintia Avila Blank por elevarem o significado da união fraternal.

- A avó Hilda Marlow Holz (*in memoriam*) pelos significativos ensinamentos de vida que carrego comigo.

- À minha esposa Sílvia Costa Gomes, pelo seu companheirismo e motivação que me ajudaram a fazer este trabalho.

Nem sequer três dias este mundo vê passar

Cerejeira em flor!

Oshima Ryota (1716–1787)

RESUMO

O Orkut é um espaço em que se desenvolvem diferentes práticas discursivas na e sob a determinação de formas históricas de existência. Nele, muitos de seus usuários expõem o imaginário que os constitui como sujeitos. A principal marca dessas práticas é a volubilidade dos sentidos, fato que lhes permite um (re)arquitetar-se constante e simultaneamente um efeito de autonomia. Isso pode ser observado na formação de grupos radicais, como é o caso dos neonazistas. Nessa volubilidade dos sentidos, linearizados através de diferentes formas linguísticas, encontra-se implicado o conceito de contradição, aqui entendido na perspectiva do materialismo histórico. O trabalho toma-o como eixo de análise dos discursos neonazistas presentes no Orkut, cujas fórmulas fracassadas e, até mesmo, criminosas relacionam-se à discriminação e à reintrodução de pressupostos radicais e desvários doutrinários, amplamente rejeitados no concerto mundial. Os elementos da materialidade linguística são observados a partir desse conceito, o que possibilita o reconhecimento dos elementos de saber em jogo, provenientes de diferentes regiões do interdiscurso, nos processos discursivos observados. As análises permitem a identificação de representações ligadas a um imaginário que atua no processo simbólico através de saberes relacionados a diferentes formações discursivas.

Palavras-Chave: Discurso, Contradição, Neonazismo, Orkut

ABSTRACT

Orkut is a virtual environment in which many discursive practices are developed in and under determination of historical ways of existence. Many of its users expose their imaginary that constitute themselves as subjects. The main characteristic of this kind of practice is the inconsistency of meaning, which avoids users to make a constantly (re)construction and produces an affect of autonomy on them. This can be observed in extreme groups formation, like the neo-Nazi ones. In this volatility of meanings, organized through different linguistic forms, the contradiction concept can be found, here understood on the light of historical materialism perspective. This paper takes historical materialism as the priority focus on neo-Nazi discourses found on Orkut, which failed ideas and, even criminal, are related to discrimination and reintroduction of extreme presuppositions and doctrinaire frenzies, widely rejected by society. The linguistic materialism elements are observed according to its concept, which makes possible the recognition of knowledge elements involved, coming from different interdiscourse regions in discourse processes observed. Analyses avoid the identification of representations linked to a imaginary that acts in symbolic process through related knowledge, related to different discourse formations.

Keywords: Discourse, Contradiction, Neo-Nazism, Orkut.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	8
2 ESPAÇO DIGITAL: O ORKUT	11
3 NAZISMO E NEONAZISMO: ASPECTOS HISTÓRICOS.....	15
3.1 GÊNESE DO MOVIMENTO	20
3.2 CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS	26
3.3 ANTISSEMITISMO: A PERSEGUIÇÃO NAZISTA	28
3.4 NEONAZISMO NO BRASIL	32
3.5 CRESCIMENTO DO NEONAZISMO BRASILEIRO	36
3.6 <i>Punks e Carecas</i> no Brasil	38
4 ANÁLISE DO DISCURSO: HISTÓRIA E TEORIA.....	45
4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS	45
4.1.1 Primeira Fase.....	48
4.1.2 Segunda Fase	50
4.1.3 Terceira Fase	54
4.1.4 Heterogeneidade: Authier-Revuz	56
4.2 ASPECTOS TEÓRICOS	60
4.2.1 Formação Ideológica e Formação Discursiva.....	60
4.2.2 Formação Discursiva e interdiscurso	62
4.2.3 Pré-construído	63
4.2.4 Memória Discursiva	65
5 A CONTRADIÇÃO: PERSPECTIVA MATERIALISTA.....	67
5.1 UNIVERSALIDADE DA CONTRADIÇÃO	67
5.2 PARTICULARIDADE DA CONTRADIÇÃO	69
5.3 CONTRADIÇÃO EM ANÁLISE DE DISCURSO	73
6 SUBJETIVIDADE E IDEOLOGIA: ASPECTOS NA CONTEMPORANEIDADE	75
7 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	79
8 ANÁLISES	81
9 EFEITO DE CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS	95

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Este trabalho surge do extremo e longínquo gosto e curiosidade pela História Contemporânea, em especial pelo Nazismo, encontrando, na Análise de Discurso, uma possibilidade teórica de interpretação de processos discursivos a ele relacionados. Por se tratar de uma ditadura, que se consolidou através da propaganda racista e do extermínio de milhares de pessoas, é de suma importância evidenciar a permanência de sua doutrina na contemporaneidade.

O Nazismo consagrou-se na Alemanha durante o Terceiro Reich, através do governo de Adolf Hitler. As suas origens remontam ao pangermanismo (união dos povos germânicos da Europa-Central), ao nacionalismo (sentimento de valor extremo à Pátria), ao antissemitismo (ódio ao povo judaico), ao racismo e ao integralismo, doutrina política cujo princípio fundamental era o de que a sociedade somente teria ordem e paz se fosse constituída por uma raça pura e superior, dirigida por um governo forte e estável. Em suma, a ideologia nazista baseava-se em um governo totalitário, onde o poder do Estado, de forma ilimitada, era estendido a todos os níveis e aspectos da sociedade. Fundava-se, ainda, no mito de pureza e superioridade da raça ariana.

A origem do nazismo foi na Alemanha, em 1918, com o “Comitê Livre Para Uma Paz dos Trabalhadores Alemães”. Essa doutrina teve como objetivos a unificação das classes sociais através do elemento racial e a perseguição implacável àqueles que fugiam dos seus princípios. Tal ideologia também se constituía pela metapolítica, que transcendia às concepções de estado, para enaltecer uma condição alegórica do povo.

O neonazismo está ligado à redescoberta do nacional-socialismo. O movimento tem suas raízes nos preceitos de supremacia racial, vinculados à propalada superioridade da "raça ariana pura". Os adeptos da doutrina atualmente promovem o preconceito contra grupos específicos, como homossexuais, negros, índios, judeus e comunistas. Algumas correntes preferem o discurso da elitização da "raça pura ariana", condenando as agressões físicas, mas não censuram o emprego da violência moral e psicológica contra os grupos que são alvos de molestamento e discriminação. Outros segmentos neonazistas fomentam explicitamente o ataque físico como meio comum e necessário para a consagração de seus pressupostos ideológicos.

Apesar da prática preconceituosa, os “neonazis”, em parte, não se denominam racistas, e chegam a promover debates com ideologias opostas, no intuito de tornar o

movimento mais aceitável. Não raramente planejam reuniões com a finalidade de induzir os jovens a participarem desse movimento, voltado a uma impactante propaganda doutrinária.

Neste contexto, surge uma importante ferramenta midiática, frequentemente utilizada, o Orkut. Constitui-se num ambiente criado na rede mundial de computadores, onde as pessoas descrevem as suas características físicas e psicológicas, criam perfis e expõem a sua ideologia, as suas afinidades, os seus gostos. Os neonazistas utilizam-se desse espaço para divulgarem seus propósitos. Essa doutrina discriminatória, de múltiplas formas de violência, e que é exposta em um meio moderno e dinâmico, constitui-se no objeto deste estudo.

O que especificamente interessa, ao presente trabalho, é examinar e identificar processos discursivos ligados aos pressupostos nazistas, que atestem formas de violência contra o outro. Não se trata do uso de palavras condenadas pelo senso comum por se referirem a temas “tabu”, mas de examinar construções, de diferentes níveis linguísticos (lexicais ou sintáticos) e imagéticos¹, que ocorrem na materialidade discursiva, ligadas à formação discursiva neonazista, cujos elementos do saber encontram, na internet, um meio eficaz de divulgação.

Ao conhecer a Análise do Discurso de tradição francesa, abriu-se a possibilidade de unir a questão histórica em foco com a questão dos processos semânticos, com vistas à compreensão, no domínio da atualidade, dos efeitos de sentido relacionados à memória do dizer. Essa questão histórica diz respeito ao acontecimento da Segunda Grande Guerra Mundial, provocada pelo nazismo, cujas consequências fazem-se sentir na contemporaneidade.

Para melhor compreensão, faz-se necessário apontar determinados acontecimentos históricos ligados ao nazismo e à Segunda Guerra Mundial que culminaram no neonazismo.

Com o término da Guerra, aconteceram diversos fatos no mundo, como a fundação do Estado de Israel, a divisão da Alemanha em Oriental (comunista) sob “domínio” da URSS, e Ocidental (capitalista) sob “domínio” dos EUA. Ocorreram também as guerras da Coréia e do Vietnã. Nesse cenário, surgiu a guerra ideológica (Capitalismo x Socialismo), adequadamente batizada de Guerra Fria, pois nunca houve confronto direto entre os países que lideraram os blocos antagônicos (URSS e EUA).

¹ A análise dos processos discursivos, neste trabalho, focaliza apenas a materialidade linguística.

Esses acontecimentos pós-segunda guerra alimentaram o surgimento de grupos com o propósito principal de resgatar doutrinas passadas, “cura” para o “mal” que sob o mundo pairava. Dentre esses grupos, desponta em especial, na atualidade, o “neonazismo” que incorpora elementos ideológicos do nazismo, movimento político que perdurou de 1922 até 1945.

O “software” (Orkut) delega ao seu agente um ilusório efeito de “poder” e liberdade, e, assim, criam-se enunciados violentos com base no discurso nazista. Esses enunciados apropriam-se de discursos outros, pertencentes a outros campos discursivos como o religioso e o da ciência para vinculá-los a um discurso do campo político, engendrando supostas relações, muitas vezes antagônicas, entre eles. Nessa apropriação, encontra-se implicada a contradição, princípio constitutivo de todo e qualquer enunciado que o presente trabalho busca explicitar.

2 ESPAÇO DIGITAL: O ORKUT

O Orkut se enquadra na camada denominada “sites de rede social” criado por Orkut Buyukkokten e lançado pelo Google em 2004. O sistema tem seu embrião no Club Nexus, um dos primeiros sites de redes sociais a ser criado. Foi o primeiro sistema do gênero a despontar no Brasil, onde obteve grande adesão e atualmente ainda é uma das ferramentas mais usadas no país. Esse “software”, que surge no final da década de 90, permite: a construção de um perfil ou página pessoal; a interação através de comentários; a exposição pública da rede social de cada sujeito.

Os sites de redes sociais são uma categoria do grupo de “softwares sociais” que têm aplicação direta para a comunicação mediada por computador. Entre os “softwares sociais” estariam, por exemplo, o IRC, os “chats”, os IMs (como o MSN, ICQ ou GTalk), os e-mails, etc. Já os sites de redes sociais teriam como base a Web, com ênfase na publicização da rede social do indivíduo. Ambos proporcionam um novo espaço de interação, onde é possível aos sujeitos envolvidos (re)construírem-se constantemente.

Atualmente, o Orkut tornou-se um espaço de maior circulação da violência, uma vez que muitos usuários migraram para o “Facebook”², rotulando o Orkut como espaço “favelizado”, pois seria dominado pelas camadas mais baixas da sociedade. Essa perda numerosa de perfis, fez com que o Orkut não monitorasse mais com tanto rigor os “posts” nas comunidades e a composição dos perfis, permitindo assim, a sustentação de perfis e enunciados violentos.

Enquanto site de rede social, o Orkut é um espaço mediado pelo computador em que a construção de perfis e as interações entre eles vão constituir as redes sociais ali representadas. Essas construções são discursivas e constituem processos de (auto)representação em que os sujeitos mantêm um tipo singular de relação com o objeto falado. Segundo Ernst-Pereira, quando trata da violência presente na internet,

² Site de rede social criado por Mark Zuckerberg em 2004 vindo a despontar mundialmente em 2006. Atualmente é o software de rede social mais usado no mundo.

[...] Pensar a auto-representação sob um enfoque discursivo implica considerar o sujeito duplamente dependente: de um lado, pelo interdiscurso, lugar de sua constituição e da constituição de sentidos que escapam a sua intencionalidade e, de outro, pelo inconsciente, lugar psíquico que provoca sua divisão. A auto-representação deve ser vista então como um processo relativo a um sujeito exposto à história, um sujeito que significa e se significa através de relações que, por serem simbólicas, estão fadadas ao fracasso na captura do real, e especialmente um sujeito que, em contato com o O/outro da/na linguagem, funda-se no ódio. (ERNST-PEREIRA, 2011, p. 4).

Ainda, de acordo com a autora, todo discurso, sendo derivado das condições de produção, constrói um efeito-sujeito, necessariamente ligado ao Outro, enquanto objeto de demanda, em sua dupla dimensão: lugar simbólico e semelhante, polo da relação imaginária. Para ela,

[...] esse processo caracteriza-se por ser da ordem da subjetivação e da identificação/diferenciação, cuja alteridade aí implicada constitui-se num elemento essencial: sou aquilo que penso que o (O)outro não é, embora isso que eu não sou (ou penso não ser) é que me possibilita ser o que sou. Dizer quem sou faz o sujeito, a partir do confronto inevitável com o outro (semelhante) se (re)inventar no discurso a partir do Outro da linguagem, buscando, na identificação simbólica, o alcance de um real que lhe escapa no universo possível das designações linguísticas (ERNST-PEREIRA, 2008, p. 4).

As redes sociais permitem que o usuário aparente ser quem ele deseja. Os softwares possibilitam sua (re)construção contínua, atendendo às múltiplas e heteróclitas formas de se apresentar ao outro. Esse confronto com o outro dá-se, pois, no ciberespaço de forma diferenciada.

Segundo Žižek (2007), a visão celebrativa (gnóstica) do ciberespaço é a de um universo solto e impermeável ao Real, no qual é possível manipular identidades e pôr fantasias em prática. Mas o ciberespaço também pode funcionar como o próprio meio que nos aproxima de nossos temores e ansiedades mais íntimos: obsessões fetichistas/mórbidas, fascínio/ repugnância por certas práticas sexuais/ sociais, uma associação insuportável com a Alteridade (“Eu poderia ser como eles”), e assim por diante.

Para ele, há sempre a possibilidade de clicarmos uma janela distante demais, que nos faça bater de volta na realidade cotidiana, para evitar o confronto com os marcadores do Real, o excesso traumático, que são inerentes ao Imaginário. Diz ainda que os marxistas e outros pensadores de inclinações críticas gostam de apontar para o fato de que a igualdade do ciberespaço é enganosa - ela ignora todas as complexas disposições

materiais (meu patrimônio, minha posição social, meu poder ou falta dele etc.). A inércia da vida real também desaparece magicamente na navegação pelo ciberespaço, desprovida de fricção.

É interessante salientar que o autor compara a realidade virtual com o mercado atual. Neste encontra-se toda uma série de produtos privados de suas propriedades malignas: café sem cafeína, creme sem gordura, cerveja sem álcool... A realidade virtual simplesmente generaliza esse procedimento: cria uma realidade privada de substância. Da mesma maneira que o café descafeinado tem cheiro e gosto semelhantes aos do café sem ser café, minha persona na rede, o “você” que vejo lá, é sempre um “eu” descafeinado. Por outro lado, para ele, existe também o excesso oposto, e muito mais perturbador: o excedente de minha persona virtual com relação ao meu “eu” real. Nossa identidade social, a pessoa que presumimos ser em nosso intercuro social, já é uma máscara, já envolve a repressão de nossos impulsos inadmissíveis, e é precisamente nessas condições de “só uma brincadeira”, quando as regras que regulam os intercâmbios de nossas vidas reais estão temporariamente suspensas, que podemos nos permitir a exibição dessas atitudes reprimidas. (cf. ŽIŽEK, 2007)

O autor elucida esse fato, lembrando o mitológico sujeito tímido e impotente que, participando de um jogo virtual interativo, adota a identidade de um assassino sádico e sedutor irresistível. Para ele, seria simples demais afirmar que essa identidade é apenas um suplemento imaginário, uma fuga temporária de sua impotência na vida real. Na verdade, o que importa é que, porque o sujeito sabe que o jogo virtual é “apenas um jogo”, ele se sente capaz de exibir “seu eu real”, fazer coisas que nunca fez em interações reais – sob a capa de uma ficção, a verdade sobre ele se articula.

Ainda de acordo com Žižek (2007), “o fato mesmo de que eu perceba minha autoimagem virtual como simples brincadeira me permite suspender os obstáculos que usualmente impedem que eu realize meu “lado escuro” na vida real – meu “id eletrônico” ganha asas, dessa forma”. E o mesmo se aplica aos meus parceiros na comunicação via ciberespaço. Não há como ter certeza, de que sejam “realmente” como se descrevem, ou de saber se existe uma pessoa “real” por trás da persona on-line. A persona on-line é uma máscara para uma multiplicidade de pessoas? A pessoa “real” com quem converso possui e manipula mais personas no computador, ou estou simplesmente me relacionando com uma entidade digitalizada que não representa pessoa “real” alguma?

Para resumir, segundo Žižek (2007), “interface” quer dizer exatamente que minha relação com o outro nunca acontece face a face, que sempre há a mediação de uma

maquinaria digital interposta cuja estrutura é labiríntica. Em suas palavras: “eu “navego”, eu me perco sem muito rumo nesse espaço infinito onde mensagens circulam livremente sem destino fixo, enquanto seu todo – esse imenso circuito de falas – continua para sempre além do escopo de minha compreensão. O obverso da democracia direta do ciberespaço é essa caótica e impenetrável magnitude de mensagens e seus circuitos, que nem mesmo o maior esforço de minha imaginação é capaz de compreender. O filósofo Immanuel Kant [1724-1804] teria classificado o ciberespaço como “sublime”.

3 NAZISMO E NEONAZISMO: ASPECTOS HISTÓRICOS

Nazismo, também conhecido como Nacional Socialismo, é a doutrina do Partido Nazista criada por Adolf Hitler que fora praticada na Alemanha de 1933 a 1945. Esse período é demarcado como Alemanha Nazista ou Terceiro Reich.

O Nazismo, por vezes, é avaliado como uma derivação do Fascismo. Os Nazis foram um dos inúmeros grupos que utilizaram o termo nacional-socialismo para se descrever. O Partido apresentou suas diretrizes na década de 1920. Os elementos principais do nazismo são: o antiparlamentarismo, o pangermanismo, o racismo, o coletivismo, a eugenia, o antissemitismo, o anticomunismo, o totalitarismo e a oposição ao liberalismo econômico e político.

O Partido Nazista era denominado de "National Sozialistische Deutsche Arbeiterpartei" (N.S.D.A.P.) ou em português, "Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães". Apesar de o nome "socialista" ser utilizado, entretanto, sob o atual entendimento de socialismo, o nazismo é radicalmente antissocialista ou anticomunista. O termo "National Sozialistische", que em alemão dá origem a "Nazismo", era empregado como forma de se opor ao termo comunismo, ou internacional Socialista no sentido utilizado pelo marxismo. O nazismo pode ser considerado uma forma extrema de fascismo, muitas vezes chamado de "nazifascismo". Os vários tipos de fascismos se identificam como antissocialistas.

Nascido em 1919, o nacional socialismo era mais um entre os vários partidos ultranacionalistas alemães originados após a derrota na Primeira Guerra. Em 30 de janeiro de 1933, o carismático líder do Partido Nacional Socialista, Adolf Hitler, chegou ao poder na Alemanha.

Em 8 de novembro de 1923, Hitler decidiu que seu partido, popularmente conhecido como Partido Nazi, estava pronto para levar a cabo um golpe de Estado. Adolf Hitler imaginava que poderia repetir o sucesso da "Marcha sobre Roma" de Mussolini, realizada um ano antes. O "Putsch da Cervejaria"³ fracassou e Hitler, junto com alguns aliados, foi levado a júri. Durante o julgamento, Hitler aproveita-se dessa situação, para justificar a tentativa de golpe, propagar o ódio contra os judeus, exaltar o nacionalismo alemão e a mitologia ariana. Durante seu depoimento, Hitler cativa os espectadores e, inclusive, os juízes que o condenam a 5 anos de prisão, permitindo, entretanto, que fosse

³ Primeira tentativa de golpe do Partido Nazista.

cumprido apenas 6 meses da pena em regime fechado. Enquanto esteve recluso (em cela especial, com direito a visitas diárias e um datilógrafo), ele escreveu o famoso livro em que expôs seu pensamento político, intitulado, “Mein Kampf” (Minha Luta).

Após cumprimento da pena, Hitler percebeu que a república na Alemanha, que passara a ser conhecida como República de Weimar⁴, estava se estabilizando. Porém, para muitos alemães, a República nascera sob dois pecados originais: era resultado direto da revolução que destituiu o Kaiser e da humilhante submissão ao Tratado de Versalhes⁵.

Logo que foi instaurada, a República teve de enfrentar a oposição da extrema esquerda (representada pelo movimento “Espartaquista”, o futuro Partido Comunista Alemão) e da extrema direita, representada pelos “Freikorps” (“Corpos Livres”) formados por veteranos de guerra ultranacionalistas.

Os dois partidos bateram-se numa espécie de pequena guerra civil. Além desse confronto, a República de Weimar teve de contornar movimentos separatistas na Baviera e na Renânia, além de lidar com a ameaça de expansionismo polonês, recém-estabelecido como Estado. Apesar de ter anexado, após a Primeira Guerra Mundial, territórios pertencentes ao antigo Império Alemão (o que fez, inclusive, que a Prússia Oriental ficasse separada da Alemanha), a Polônia não escondia sua insatisfação. E havia o principal problema que abalava a Alemanha republicana: a dívida exorbitante de reparações de guerra, impostas em Versalhes pelos países vencedores.

Em 1923, a Alemanha não conseguiu bancar sua dívida mensal, e a França decidiu ocupar a região do vale do Ruhr, o coração industrial e econômico da Alemanha, para cobrar a dívida em espécie.

A reação do governo alemão foi a resistência. Os alemães pacificamente manifestaram-se e provocaram greve geral. Para manter a greve, o governo honrou o salário dos trabalhadores emitindo enormes quantidades de papel-moeda. De uma maneira absurda, a inflação foi às alturas: um dólar chegou a valer 4,2 bilhões de marcos. Ou seja, entre 1919 e 1923, a história da jovem República alemã enfrentou todos os problemas possíveis.

⁴ A “República de Weimar” foi instaurada na Alemanha logo após a Primeira Guerra Mundial, tendo como sistema o parlamentarismo democrático. O Presidente da República nomeava um chanceler que seria responsável pelo poder Executivo. Quanto ao poder Legislativo, era constituído por um parlamento (Reichstag). Sucedeu ao Império Alemão. O nome deve-se à cidade em que foi proclamada a República.

⁵ O “Tratado de Versalhes” foi um tratado de paz assinado pela “Tríplice Aliança” e seus aliados, com o propósito de dar fim a Primeira Guerra Mundial. Os termos impostos à Alemanha incluíam a perda de uma parte de seu território para um número de nações fronteiriças, de todas as colônias sobre os oceanos e sobre o continente africano, uma restrição ao tamanho do exército e uma indenização pelos prejuízos causados durante a guerra. A República de Weimar também aceitou reconhecer a independência da Áustria.

O país só começou a estabilizar-se em 1924. Os extremistas perderam o apoio do povo. Com a ajuda do capital estadunidense, a economia começou a se recuperar. Em 1926, a Alemanha foi aceita na Liga das Nações. No entanto o impacto brutal da crise de 1929 passou uma nova rasteira na economia alemã. O capital vindo dos Estados Unidos, vital para que a Alemanha continuasse a reerguer-se, foi cortado abruptamente.

A Alemanha não possuía domínios imperiais para criar um mercado autônomo em relação à economia internacional e, assim, manter sua própria economia de pé. Não demorou para que o desemprego voltasse a assolar o país.

O desespero tomou conta dos alemães. Proporcional à quantidade de desempregados era o crescente número de novos simpatizantes dos dois principais partidos políticos da Alemanha: nazista e comunista.

Na eleição que antecedeu a crise econômica, o Partido Nazista obteve 800 mil votos e ocupando assim 12 cadeiras. Nas eleições parlamentares realizadas em setembro de 1930, o NSDAP obteve 6,5 milhões de votos – o que lhe deu o direito de ocupar 107 cadeiras no “Reichstag”.

Nas eleições presidenciais de abril de 1932, Hitler conquistou 13,4 milhões de votos para seu partido e, nas eleições parlamentares daquele mesmo ano, os nazistas conseguiram 230 cadeiras, cem a mais do que o segundo partido, o Partido Social Democrata (SPD). Os comunistas também obtiveram uma quantidade considerável de votos, embora bem aquém do NSDAP.

Os nazistas e comunistas confrontavam-se abertamente nas ruas. Na Alemanha, cada partido tinha seu braço armado: O SPD contava com a “Reichsbanner”, os nacionalistas conservadores com a “Stahlhelm” (Capacete de Aço), o Partido Nazi com a “Sturmabteilung” (SA⁶, Seção de Assalto). Esta última iria se mostrar mais eficiente. E, se Hitler dominava a maior parte do Parlamento, eram seus militantes que impunham a hegemonia nas ruas, por meio de gigantescas manifestações, por vezes violentas, e frequentes passeatas.

O equilíbrio econômico e político nunca foi uma característica histórico parlamentar da República de Weimar. Era cada vez mais difícil criar uma maioria parlamentar e mantê-la, principalmente depois da contínua ascensão de partidos extremistas.

⁶“Sturmabteilung” (SA⁶, Seção de Assalto) foi uma milícia paramilitar patrocinada por burgueses e banqueiros alemães. Inicialmente foi a guarda pessoal de Adolf Hitler, porém fechada após Hitler perceber que as SA sob comando de Ernst Röhm planeja um golpe contra o líder nazista.

Os comunistas não admitiam juntar-se aos socialistas. Segundo a doutrina disseminada pela Internacional Comunista, formulada de acordo com as ordens de Stalin, os socialdemocratas não eram nada além de traidores da classe dos trabalhadores – chegando a serem denominados “Socialfascistas”, pois em quase nada se diferenciariam dos fascistas. O partido Comunista Alemão acatava fidedignamente todas as ordens recebidas de Moscou, por meio da Internacional Comunista.

Seu principal problema seria a subida dos nazistas ao poder e sua grande quantidade de afiliados. A Komintern⁷ definia o nazismo como “uma ditadura terrorista do grande capital” e tinha a esperança de que Hitler, ao estabelecer-se no poder, exploraria o proletariado a tal ponto que os lançaria aos braços do Partido Comunista Alemão – a partir daí, seria uma questão de tempo para que a revolução proletária se concretizasse.

Os partidos da direita não extremista, por sua vez, não conseguiam encontrar um meio-termo em relação a Hitler. Ele reivindicava a Chancelaria a qualquer custo. Por isso, a direita convencional considerava Hitler um adversário em potencial e perigosamente radical.

A partir de julho de 1932, os partidos contrários a Hitler iniciaram uma série de tentativas políticas para evitar que ele chegasse a chancelaria. As tentativas não tiveram resultado, pois Hitler venceu nas urnas. Em 30 de janeiro de 1933, o presidente da República de Weimar, o Marechal Paul Von Hindenburg, mesmo insatisfeito, declarou Hitler oficialmente Chanceler do Reich. Ele apressou-se em formar um gabinete com apoio dos nacionalistas conservadores alemães.

Depois de fracassar em sua tentativa de golpe em 1923, Hitler afirmava que nunca mais tentaria uma manobra violenta para atingir o poder. Ele prometeu a si mesmo que chegaria ao governo de forma legal, através do voto popular nas urnas. No entanto, essa conduta democrática contradisse sua atitude ao adquirir o poder: com surpreendente rapidez, Hitler terminou com toda a estrutura democrática da Alemanha. Acabou com a autonomia dos Estados federais, ordenou a dissolução de todos os partidos políticos, com exceção do Partido Nazista, proibiu sindicatos livres, assim como implantou a censura midiática.

Não hesitou em recorrer ao uso da violência, aplicando-a contra membros de seu próprio partido, como aconteceu na “Noite das Facas Longas”, em junho de 1934 – a

⁷ Termo que designava a “Terceira Internacional” ou “Internacional Comunista”, isto é, a organização internacional fundada por Vladimir Lenin e pelo PCUS, em março de 1919, para reunir os partidos comunistas de diferentes países.

maior parte dos membros da milícia nazista, a SA, foi executada para não oferecer nenhum risco à hegemonia de Hitler. Porém, seria o mais grotesco dos erros históricos não explicar que Hitler contava com o massivo apoio popular. Com ele no posto de chanceler, ocorreram as últimas eleições democráticas, realizadas em março de 1933, onde o partido nazista obteve a maioria esmagadora dos votos.

A partir de então, não seriam mais convocadas eleições, e sim plebiscitos. A popularidade de Hitler era inquestionável. Um exemplo foi o que aconteceu no território do Sarre. Uma rica e importante região mineira e industrial havia sido separada da Alemanha ao fim da Primeira Guerra Mundial e colocada sob o controle da Liga das Nações. Como a França desejava administrar o Sarre, ficou estabelecido que, em janeiro de 1935, a população dessa região decidiria por meio de plebiscito se pretendia unir-se à França, voltar para Alemanha ou continuar sob a tutela da Liga das Nações. Porém o mesmo não aconteceu com a região de Alsácia-Lorena, que fora re(ocupada) através da força militar alemã em 1940. Nesse momento, a ditadura nazista já possuía firmes raízes na Alemanha.

As forças policiais de países membros da Liga das Nações foram encarregadas de cuidar da ordem do plebiscito no Sarre, para evitar a violência entre os partidos políticos. Os partidos antinazistas alemães, proibidos pelo Terceiro Reich, iniciaram uma campanha contra a reintegração do território à Alemanha. Contudo, a região concentrava uma população majoritariamente proletária e católica, vulnerável às promessas do nazismo: uma maioria absoluta de 90.8% dos votos apoiou a integração do Sarre ao Terceiro Reich – país que Hitler controlava com mão de ferro.

Após a desastrosa experiência com a República de Weimar, muitos alemães mostravam-se satisfeitos com a aparente estabilidade política que surgiu com o regime nazista. As medidas colocadas em prática por Hitler reativaram a economia rapidamente e venceram o desemprego, para aqueles que se encaixavam na métrica nazista de pureza racial. O “perigo comunista”, temido por muitos, desvaneceu-se. Porém, o fator decisivo para o massivo apoio ao Führer foi a recuperação do orgulho nacional. Para os alemães, somente Hitler poderia libertá-los dos humilhantes “grilhões de Versalhes”. De fato, a proposta política de Hitler era acabar com às humilhações sofridas desde 1919 e recolocar a Alemanha no rol das potências mundiais, a partir da adoção de um conjunto de preceitos nacionalistas e raciais, que culminaram subjugados ao final da Segunda Guerra Mundial.

Não obstante a derrota sofrida, a doutrina hitlerista não desapareceu. Ao contrário, reviveu através do neonazismo.

No passado recente, a recessão, o desemprego, a degradação do nível de vida, e o ressurgimento de velhos preconceitos étnicos e raciais, favoreceram, a partir dos anos 80, a retomada de movimentos autoritários e conservadores denominados "neonazistas".

Os neonazistas manifestam-se de forma violenta e têm nos estrangeiros o alvo preferencial de ataque. Valendo-se também da via institucional parlamentar (Frente Nacional, na França; Liga Lombarda e Movimento Social Fascista, na Itália) para dar voz ativa às suas reivindicações, os movimentos neonazistas têm marcado a sua presença no cotidiano europeu, em especial na Alemanha, Áustria, França e Itália.

No Brasil, "Carecas", "Skinheads" e "White Power" são os principais grupos em evidência nos grandes centros urbanos, que promovem ataques verbais, pichações e agressões dirigidas principalmente contra os migrantes nordestinos, a comunidade judaica e aos negros.

Para entender os movimentos neonazistas no Brasil, deve-se remeter a duas épocas e locais diferentes: primeiro, ao movimento "careca", que tem base no integralismo da década de 30, e, depois, é necessário observar-se a influência provocada pelo neonazismo e o movimento punk, surgido na Inglaterra, entre as décadas de 60 e 70.

3.1. GÊNESE DO MOVIMENTO

As raízes racistas e antissemitas de Adolf Hitler, assim como os seus objetivos para a Alemanha ficaram patentes no seu livro de 1924, "Mein Kampf". Documentos apresentados durante o Julgamento de Nuremberg⁸ indicam que, no período em que Adolf Hitler esteve no poder, grupos considerados impuros, como Testemunha de Jeová, eslavos, poloneses, ciganos, homossexuais, deficientes físicos e mentais, e judeus, foram perseguidos no que se tornou conhecido como Holocausto. A grande maioria foi submetida à "Solução Final", enquanto outros foram usados em experiências médicas ou militares.

Adolf Hitler nasceu aos 20 de abril de 1889 na pequena cidade de Braunau, Alta-Áustria, que à época fazia parte do Império Austro-Húngaro e ficava próxima da fronteira alemã. O seu pai, Alois Hitler, funcionário da Alfândega, por ter nascido fora do casamento, até os 40 anos usava apenas o sobrenome da mãe, "Schickgruber". Em

⁸ O Tribunal de Nuremberg julgou 24 líderes do nazismo. Ocorreu entre 20 de novembro de 1945 e 1º de outubro de 1946.

1876, todavia, passou a empregar o sobrenome do pai adotivo Johann Gerg Hiedler, que fora alterado para "Hitler", por erro do escrivão. Adolf Hitler chegou a ser chamado de Schickgruber pelos inimigos políticos.

A mãe de Hitler, Klara Hitler (o nome de solteira era Klara Polzl), era prima em segundo grau do seu pai. Este a trouxe para sua casa para tomar conta dos seus filhos, enquanto a sua outra mulher, doente e as vésperas da morte, era cuidada por outra pessoa. Após a morte de sua mulher, Alois casou-se, pela terceira vez, com Klara, depois de esperar muito tempo pela permissão da Igreja Católica, conferida exatamente quando Klara estava grávida. Klara deu à luz a seis filhos de Alois. Porém, somente Adolf, e Paula sobreviveram à infância.

Hitler era devotado à sua benévola mãe. Assumidamente, não gostava do pai que o educava severamente. Ambos não partilhavam as mesmas ideias políticas. Na sua obra "Mein Kampf", Hitler demonstra respeito para com seu pai, mas não deixa de citar fortes discussões que tivera com ele a respeito do seu sonho em se tornar artista. Hitler se interessou pela pintura e pela arquitetura. O pai era severamente contrário a escolha do filho, preferindo que Hitler fizesse carreira na função pública.

Aos dezenove anos, órfão, Hitler partiu para Viena, onde tinha uma remota esperança de se tornar um artista. Tinha, então, direito a um subsídio para órfãos, financiado pelo governo austríaco que acabaria por perder aos 21 anos.

Em Viena, Hitler passou por provas de admissão à academia das artes, porém foi reprovado duas vezes seguidas, delegando a culpa da reprovação ao professor da academia, que, segundo Hitler, seria um judeu. Nos anos seguintes, ainda em Viena e sem emprego fixo, vivia do auxílio financeiro de sua tia Johanna Pölzl, de quem recebeu herança. Hitler chegou a pernoitar num asilo para mendigos, sustentado por um barão judeu, na zona de Meidling.

Tempos depois, teve a ideia de copiar postais e pintar conhecidas paisagens austríacas, que eram vendidas a turistas e mercantes. O trabalho como pintor de rua permitiu bancar o aluguel de um apartamento, na rua Meldemann. Ao contrário do que se pensa, Hitler fez uma boa vida como pintor, ganhando tanto quanto ganharia se tivesse um emprego regular.

Nas horas vagas, gostava de ir a ópera de Viena. Era fã das apresentações relacionadas com a mitologia nórdica, de Richard Wagner que, mais tarde, serviu de inspiração para a exaltação do nacionalismo e ocultismo alemão. Em Viena, Hitler começou a mostrar seu ódio aos judeus, tornando-se um ativo militante do

antissemitismo. Essa peculiaridade que o acompanharia ao longo de sua vida foi o ponto chave das suas ações enquanto ditador da Alemanha Nazista.

Viena tinha uma grande comunidade judaica, contendo inúmeros judeus ortodoxos do Leste Europeu. Hitler tomou aí contato com esses judeus que, ao contrário dos judeus de Linz, distinguíam-se pelas vestimentas. Incomodado, procurou informar-se a respeito dos judeus, ocasião em que se dedicou a leitura de panfletos antissemitas, conforme relatou em “Mein Kampf”.

Em Viena, o antissemitismo desenvolve-se a partir de suas origens religiosas até se constituir numa doutrina política, originada das ideias de Jörg Lanz von Liebenfels, cujos panfletos pararam nas mãos de Hitler. Políticos como Karl Lueger, o Presidente da Câmara de Viena, e Georg Ritter von Schönerer, fundador do partido Pan-Germânico, também o influenciaram. Através deles, Hitler nutriu a crença sobre a pureza e superioridade da "Raça Ariana", que se constituiu na base das suas visões políticas. Para ele, os judeus seriam responsáveis pelos problemas socioeconômicos alemães.

Como Hitler descreve em seu livro, foi Viena que teve contato com o marxismo, tendo, segundo ele "aprendido a lidar com a dialética deles", “incorporando-a”, segundo suas palavras, a seus fins.

Após sua prisão devido ao comando do Putsch da Cervejaria (tentativa de golpe), Hitler foi considerado relativamente inofensivo, sendo anistiado e libertado da prisão em dezembro de 1924. Nesse período, o partido nazista perdeu forças e não era tão expressivo. Hitler necessitaria de um grande esforço para reconstruí-lo. Curiosamente, durante o período que esteve preso, Joseph Goebbels, futuro ministro da propaganda e braço direito de Hitler durante a Alemanha Nazista, criou uma propaganda anti-hitlerista, onde o futuro ditador era taxado de demagogo e politicamente inexperiente.

Inicialmente, com ajuda de banqueiros e burgueses alemães, Hitler fundou um grupo que mais tarde se tornaria um dos seus instrumentos fundamentais na persecução dos seus objetivos. Uma vez que as "Tropas de choque" ou SA (Sturmabteilung) de Ernst Röhm não eram confiáveis, e havia a suspeita de que Röhm planejava um golpe para tornar a SA o alto exército alemão, Hitler se viu obrigado a rebaixar a SA e constituir uma nova guarda para sua defesa pessoal, a Schutzstaffel ("Unidade de Proteção" ou SS). Essa tropa de elite em uniforme preto seria comandada por Heinrich Himmler, que se tornaria o principal executor dos seus planos relativos à "Questão Judaica" durante a Alemanha Nazista.

Também foram criadas numerosas organizações de filiação nazista (juventudes hitleristas, associações de mulheres, a prática “Lebensborn⁹” etc.). O Partido Nazista teve em 1929 uma progressão semelhante à do partido fascista italiano com Mussolini, beneficiando-se do mal-estar econômico, político e social decorrente do pós-Primeira Guerra, de guerras civis e, depois, da crise de 1929.

Um elemento vital do apelo de Hitler era o sentimento ufanista que estava ferido, segundo ele, pelas humilhantes e injustas imposições do Tratado de Versalhes ao Império Alemão. A Alemanha perdeu importantes territórios para a França, Polônia, Bélgica e Dinamarca, e teve de admitir unicamente a responsabilidade pela guerra, abrir mão de suas colônias e das Forças Armadas e ainda pagar uma grande soma em reparações de guerra, fixada em 32 bilhões de marcos. Uma vez que a maioria dos alemães não acreditava que o Império Alemão tivesse começado a guerra e não acreditava que havia sido derrotado, eles ressentiam-se dessas imposições. Apesar das tentativas iniciais do partido em ganhar votos, culpando o "judaísmo internacional" por estas humilhações não terem sido bem sucedidas, o departamento de propaganda do partido agiu rapidamente, criando uma propaganda mais sutil - que combinava o antissemitismo com um ardente ataque às falhas da República de Weimar e dos partidos políticos existentes. Essa estratégia, com o tempo, começou a dar resultados.

Historiadores como Hant (2010), Schiling(1995) e Welch(2000) afirmam que a propaganda demagógica, veiculada pelo Partido Nazi, ao explorar habilmente essas frustrações e o sentimento antissemita generalizado na sociedade alemã, apresentando os judeus como principal fonte dos problemas sociais, permitiu aos seus integrantes implantarem-se na classe média e no operariado, ao mesmo tempo em que o abandono do programa social inicial lhes trazia o apoio da classe dirigente e dos meios industriais.

O ponto de virada em benefício de Hitler veio com a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929 que atingiu a Alemanha em 1930. O regime democrático estabelecido na Alemanha em 1919, o antigo governo, nunca tinha sido legitimamente aceito pelos conservadores e tinha a oposição aberta dos fascistas.

Os sociais democratas e os partidos tradicionais de centro e direita eram incapazes de lidar com o impacto da depressão e estavam envolvidos no sistema de Weimar. As eleições de 1930 foram uma vitória para o Partido Nazi, que de repente surge

⁹ Sob pretexto de salvar a raça ariana, que estaria em risco devido a baixa taxa de natalidade e também ancorada nos conceitos de Higiene Racial, o Lebensborn tinha o objetivo de “fabricar” novos arianos. Foram criadas casas, onde as mulheres poderiam conceber seus filhos de forma anônima.

da obscuridade para ganhar mais de 18% dos votos e 107 cadeiras no "Reichstag", tornando-se o segundo maior partido. A sua ascensão foi ajudada pela mídia de direita, controlada por Alfred Hugenberg.

Hitler adquiriu os votos da classe média alemã, que tinha sido atingida pela inflação dos anos 1920 e o desemprego oriundo dessa grande depressão. Agricultores e veteranos de guerra foram outros grupos que apoiaram os nazistas. As classes trabalhadoras urbanas ignoraram a Hitler. As cidades de Berlim e da Bacia do Ruhr (norte da Alemanha protestante) eram-lhe particularmente hostis.

A eleição de 1930 foi desastrosa para o governo de centro-direita de Heinrich Brüning, que estava agora incapaz de obter maioria no Parlamento, e teve de contar com a tolerância dos sociais democratas e o uso de poderes presidenciais de emergência para continuar no poder. Com as medidas de austeridade mostraram pouco sucesso face aos efeitos da depressão, Brüning procurou apoio dos nazistas para a extensão do termo presidencial de Paul von Hindenburg, mas Hitler recusou apoio e acabou por competir com Hindenburg na eleição presidencial, obtendo o segundo lugar na primeira fase da eleição, alcançando pouco mais de 35% dos votos na segunda fase, apesar das tentativas do ministro do interior Wilhelm Gröner e do governo social-democrata da Prússia para limitar as atividades públicas nazistas, incluindo notoriamente a proibição das SA.

Os embaraços da eleição colocaram fim à tolerância de Hindenburg para com Brüning, e o velho marechal demitiu o governo, nomeando um novo sob o comando de Franz von Papen, que imediatamente revogou a proibição das SA e convocou novas eleições no Parlamento Alemão.

Nas eleições de 1932, os nazistas alcançaram o seu melhor resultado até então, obtendo 230 lugares no parlamento e tornando-se o maior partido alemão. Uma vez que nazistas e comunistas detinham a maioria do Reichstag, a formação de um governo estável de partidos do centro era impossível e no seguimento do voto de desconfiança no governo Papen, apoiado pela maioria dos deputados, o parlamento recém-eleito foi invalidado e foram solicitadas novas eleições.

Papen e o partido do centro tentaram negociar garantindo a participação no governo, mas Hitler fez amplas reivindicações, incluindo o posto de Chanceler¹⁰ e o acordo do presidente para poder se utilizar, quando quisesse, dos poderes de emergência de acordo com o artigo 48 da Constituição de Weimar.

¹⁰ Foi ofertado o cargo de Vice-Chanceler que foi negado por Hitler

Uma vez que Papen fracassara na sua tentativa de garantir uma maioria através da negociação com nazistas e uni-los ao governo, Hindenburg demitiu-o e nomeou General Kurt von Schleicher para seu lugar, uma figura muito influente e que recentemente ocupara o cargo de Ministro da Defesa, que prometeu assegurar um governo majoritário com negociações quer com os sindicatos sociais democratas quer com os dissidentes da facção nazista liderada por Strasser.

Enquanto Schleicher tentava realizar sua difícil missão, Papen e Alfred Hugenberg, que era presidente do Partido Popular Nacional Alemão (DNVP), o maior partido de direita da Alemanha até a ascensão de Hitler, conspiravam para convencer Hindenburg a nomear Hitler Chanceler numa coligação com o DNVP, assegurando que eles o iriam controlar. Quando Schleicher foi obrigado a admitir a falha dos seus esforços, e pediu a Hindenburg para dissolver novamente o Reichstag, Hindenburg demitiu-o e implementou o plano de Papen, delegando o cargo de Chanceler para Hitler e Papen como Vice-Chanceler. Em 30 de Janeiro de 1933, Adolf Hitler prestou juramento oficial como Chanceler na Câmara do Reichstag, perante o aplauso de milhares de adeptos nazistas.

Mas Hitler ainda não tinha encantado definitivamente os alemães. Ele foi feito Chanceler numa denominação legal pelo presidente, o que foi uma grande ironia da história, uma vez que os partidos do centro tinham apoiado Hindenburg por ser a única forma viável de domar as ações de Hitler, não prevendo que seria Hindenburg que iria instaurar o fim da República com esse ato.

Mas nem o próprio Hitler e seu partido obtiveram alguma vez uma maioria absoluta. Nas últimas eleições livres, os nazistas obtiveram 33% dos votos, obtendo 196 cadeiras. Mesmo nas eleições de março de 1933, que tiveram lugar após o terror e violência terem varrido o Estado, os nazis obtiveram 44% dos votos. O partido obteve o controle de uma maioria de lugares no Reichstag através de uma coligação formal com o DNVP. No fim, os votos adicionais necessários para propugnar a lei de aprovação do governo, que concedeu a Hitler a autoridade ditatorial, garantiu aos nazistas a expulsão do parlamento daqueles que eram adeptos ao comunismo e a intimidação a ministros dos partidos do centro. Numa série de decretos que se seguiram pouco depois, outros partidos foram suprimidos e toda a oposição foi proibida. Em poucos meses, Hitler tinha adquirido o controle total do país e terminou definitivamente com os últimos vestígios de democracia.

3.2 CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Em agosto de 1934, Hindenburg morre. Hitler funde as funções de Presidente e de Chanceler, passando a se auto-intitular de Líder, “Führer” da Alemanha e requerendo um juramento de lealdade a cada membro das forças armadas. Inicia-se assim, o período da Alemanha Nazista. Esta união dos cargos, acatada pelo parlamento poucas horas depois da morte de Hindenburg, foi mais tarde confirmada pela maioria de 89,9% do eleitorado no plebiscito de agosto de 1934.

Desde o início, o regime teve oposição interna, tanto civil quanto militar, individual ou coletiva. Hitler sobreviveu a várias tentativas de atentados contra a sua vida, mais precisamente 42. Em novembro de 1939, Georg Elser, em uma ação solitária, tentou assassiná-lo, porém foi descoberto pela Gestapo. Também houve tentativas de atentado de membros do próprio exército e da SS como a denominada “Operação Valquíria”.¹¹ Os grupos oposicionistas organizados existentes no país eram pequenos, sem forças e carentes de organização. Este movimento de resistência antinazista interno ficou conhecido genericamente como resistência alemã.

Após ter garantido total poder político sem ter ganho o apoio da grande maioria dos alemães, Hitler tratou de conseguir e, na verdade, conseguiu manter-se popular até o fim do nazismo. Com a sua oratória, na época comparável a Cícero, grande orador e advogado da Roma antiga, e com todas as mídias alemãs sob controle de Joseph Goebbels, ele conseguiu convencer a maioria dos alemães de que era o salvador que os livraria da depressão, dos comunistas, do tratado de Versalhes e de toda tentativa conspiratória de golpe dos judeus. Hitler conseguiu ainda instituir a imagem messiânica de condutor a um mundo novo e puro, equivalente a Nova Ordem Mundial Nazista.

Os discordantes das ações políticas do nazismo eram submetidos às SA, SS e Gestapo (Polícia secreta do Estado), órgãos que tinham total liberdade de julgamento, e com isso, milhares desapareceram em campos de concentração, extermínio e campos escravos. Milhares de pessoas foram enviadas para esses campos, porém muitos judeus conseguiram fugir para a Inglaterra, Israel (na época chamada de Palestina, sob domínio Inglês) e Estados Unidos.

¹¹ Muitos integrantes do partido nazista começaram a questionar não só o genocídio contra judeus, polacos, russos e outros grupos da população estigmatizados pelo regime de Hitler, como também a forma, na sua opinião "inadequada", do comando militar alemão. Mesmo assim, como muitos outros militares, preferiram manter-se fiel ao regime.

Em abril de 1933, os nazistas, recém-eleitos, organizam, sob instrução de Streicher, um boicote de um dia a todas as lojas e negócios pertencentes a judeus na Alemanha, um prenúncio do Holocausto. Integrantes da SA, assim como civis agiam com violência física contra judeus, depredavam e pichavam casas e estabelecimentos comerciais. Cartazes afixados continham a seguinte propaganda antissemita: "Alemães, defendam-se! Não comprem dos judeus!".

Na noite de 29 para 30 de junho de 1934, a chamada "Noite das facas longas", Hitler autorizou a ação contra Röhm, o líder das SA, que acabaria por ser assassinado na prisão. Himmler havia proposto a Hitler uma lista de possíveis inimigos do estado e Röhm era um dos nomes presentes no documento apresentando. Himmer tratou de manipular "provas" que indicavam que Röhm planejava assassinar Hitler.

Os judeus que não deixaram o país iriam em breve se arrepender da sua hesitação. Com as Leis de Nuremberg de 1935, eles perderam a sua condição de cidadãos alemães e foram banidos de quaisquer lugares na função pública, de exercer profissões ou de tomar parte na atividade econômica. Foram acrescidamente sujeitos a uma nova e violenta onda de propaganda difamatória. Poucos não-judeus alemães objetaram essas medidas. Tais restrições foram mais tarde intensificadas, particularmente após a operação antissemita de 1938 conhecida como Kristallnacht¹² (Noite dos Cristais).

Os judeus foram obrigados a usar a estrela amarela em público, para serem facilmente identificados como impuros e inferiores, e assim, serem se diferenciarem dos cidadãos considerados superiores. Entre novembro de 1938 e setembro de 1939, mais de 180.000 judeus fugiram da Alemanha; os nazistas confiscaram tudo que os judeus deixavam para trás.

Durante a ditadura, Hitler constata o milagre econômico. Há uma certa controvérsia sobre os aspectos econômicos do governo de Hitler, pois nem todas as suas medidas foram saudáveis a médio e longo prazo. As medidas econômicas do governo de Brüning, cautelosas e fiscalistas, vinham sanando as finanças e organizando o Estado alemão nesse aspecto. Hitler pôs em prática um programa de intervencionismo econômico, baseado no keynesianismo¹³, embora se distanciasse deste em muitos pontos.

¹² Nome dado aos atos violentos praticados pelos nazistas contra os judeus na Alemanha e Áustria em 1938. Tem esse nome devido à quantidade de vidros quebrados que ficaram no chão após os ataques.

¹³ É uma teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes que consiste numa organização político-econômica, oposta às concepções neoliberalistas, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. Tais teorias tiveram uma enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado.

O desemprego na Alemanha em 1933 era muito alto, porém diminuiu substancialmente em 1939. Essa diminuição fantástica ocorreu por diversos fatores e não só devido à fabulosa política econômica do Reich, tais como: as mulheres que se casavam deixaram de ser contadas como desempregadas a partir de 1933; os judeus, a partir de 1935, terem perdido a condição de cidadãos do Reich, não contando mais como desempregados. Aos desempregados restavam duas opções: ou trabalhar para o governo sob baixos salários ou permanecer excluído da esfera governamental, longe de todas as suas obrigações, como também longe de vantagens, como saúde, lazer, etc. Além disso, as convocações para o exército começaram a se acelerar. Até 1939, 1,4 milhões de alemães, entre homens e mulheres, haviam sido convocados. Para armar esse contingente, a produção industrial aumentou e a procura por mão-de-obra aumentou também. A criação da Frente Alemã de Trabalho, dirigida por Robert Ley, pôs em prática programas governamentais de trabalho que absorveram boa parte da mão-de-obra disponível, ora empregando-a no melhoramento da infraestrutura do país, ora nas indústrias e na produção bélica.

Tais medidas ocorreram à custa de fortes investimentos por parte do Estado, afetando a longo prazo os cofres alemães. O que se viu, em consequência disso, foi um déficit crescente. De 1928 até 1939, a arrecadação do Estado havia subido de 10 bilhões para 15 bilhões, no entanto os gastos, no mesmo período, subiram de 12 bilhões para 30 bilhões. Em 1939, o déficit acumulado era de 40 bilhões.

A inflação, dessa época, cresceu tanto que em 1936 foi decretado o congelamento de preços. O governo alemão foi incapaz de lidar com o controle de preços e sua interferência constante apenas petrificou a economia e dificultou o aumento gradual e equilibrado da produção. A partir de 1936, o dirigismo econômico passou, gradativamente, a substituir a adaptação automática da produção pelo mercado, de maneira que a regulamentação econômica passou a ser maior.

3.3 ANTISSEMITISMO: A PERSEGUIÇÃO NAZISTA

A relação de ódio declarado entre a Alemanha Nazista e os judeus de toda a Europa – e do mundo – durante o governo de Hitler mudou significativamente a geografia mundial depois de 1945. Direta e indiretamente. E continua a gerar conflitos dos mais diversos, que envolveram aspectos religiosos e econômicos, principalmente na região do

Oriente Médio, onde foi estabelecido, pela ONU, o Estado judeu de Israel, no ano de 1948.

A gênese da perseguição que levaria ao extermínio em massa dos judeus não está relacionada diretamente à subida de Hitler ao poder em 1933. O futuro ditador não pregou de imediato a propaganda antissemita. Inicialmente, recorreu a um discurso anticapitalista e à promessa de resolver os graves problemas econômicos da Alemanha que se arrastavam e só pioravam desde o fim da Primeira Guerra.

A propagação antissemita já existia, mas estava num plano que se poderia chamar de secundário, supostamente menos importante. A política nazista considerou como inimigo central e prioritário os adversários políticos. Sobretudo, comunistas e socialdemocratas, que se tornariam, antes do início da guerra, as primeiras vítimas dos campos de concentração.

A partir de 1936, teve início o encarceramento de homossexuais, testemunha de Jeová, cristãos, criminosos condenados, inimigos políticos, e alguns considerados “associais”, ou seja, ciganos, prostitutas e andarilhos. Durante o período de 1933 a 1938, os nazistas adotaram intensamente medidas que acabariam por excluir os judeus da vida econômica e social da Alemanha.

Nessa época, a idealização do império-germânico, que duraria mil anos, proposto por Hitler, onde ele seria o messias do novo mundo, forçou a emigração dos judeus para outros países.

Até o estopim da guerra, em 1939, o número de judeus tanto da Alemanha quanto da Áustria diminuiu pela metade por causa da emigração e da perseguição. A finalidade dessas medidas cada vez mais segregacionistas era eliminar por completo toda a influência judaica em todos os setores do país – economia, política, cultura etc. Depois, com o início da guerra, viria a ideia de se decidir pelo extermínio.

Documentos da SS sobre o “problema judaico” informavam que se devia exigir o aumento e a emigração assegurada dos judeus. O texto afirmava que a emigração deveria ser tratada como uma medida urgente e ser concentrada, isto é, direcionada somente para pontos conhecidos a fim de facilitar o monitoramento dos judeus. Evitando, assim, que, em alguns países, fossem criados grupos inimigos e que a população desses países se revoltasse contra a Alemanha.

À medida que a Alemanha caminhava para a guerra, o regime nazista divulgava ações antissemitas. Ao mesmo tempo, incentivava e controlava a saída de judeus de seu território. Estes eram obrigados a pagar uma taxa ao Estado, tinham seus

bens confiscados e só podiam levar consigo uma quantia limitada e irrisória de dinheiro, em espécie. Não obstante, alguns países europeus fecharam as fronteiras para a imigração ou as restringiram criminosamente para os judeus.

Documento da GESTAPO datado de 1939 e assinado por Reinhard Heydrich, chefe do Serviço Central de Segurança do Reich, determinava que os prisioneiros judeus que tivessem os documentos para emigrar poderiam ser soltos dos campos e deveriam ser verbalmente ameaçados, caso retornassem à Alemanha.

No campo de Buchenwald, para onde haviam sido levados 13 mil judeus, ocorreu o m

aior processo de soltura de prisioneiros da história de existência do campo. Cerca de 2,3 mil deles sobretudo os chamados “anti-sociais”, foram mandados de volta para suas casas. Entre fevereiro e agosto de 1939, 2 mil judeus já tinham documentos para emigrar.

A partir de 1938, o antissemitismo ganhava prioridade no regime nazista. Em novembro desse ano, ocorre o primeiro “pogrom”¹⁴. Historicamente, o termo tem sido usado para denominar atos de violência em massa, espontâneos ou premeditados, contra judeus e outras minorias étnicas da Europa. O episódio ficou conhecido como “A Noite dos Cristais”, referência às incontáveis janelas e vitrines das casas e estabelecimentos de judeus que foram destruídos pelas tropas de choque nazistas e pela população alemã.

Estima-se que o ataque tenha deixado milhares de feridos, centenas de desabrigados, casas e lojas destruídas. Quase 30 mil judeus foram presos e enviados para os campos de Dachau, Buchenwald e Sachsenhausen, nos quais, posteriormente, muitos morreriam.

Esse movimento foi tramado nas altas esferas do Reich, mais especificamente por Hitler e Goebbels. O ataque foi organizado pelas SA. Para isso, usou-se como justificativa o assassinato do alemão von Rath dois dias antes, em Paris, pelo judeu de sobrenome Grynszpan, de 17 anos, que supostamente quis se vingar do tratamento desumano dado a seus pais, na Alemanha. A vítima era funcionário da embaixada alemã na França.

Como represália, nada menos que 91 judeus foram assassinados na Alemanha nessa noite e nenhum dos crimes foi a julgamento dos culpados. As mortes aconteceram ao mesmo tempo em que a maioria das sinagogas da Alemanha eram destruídas e as lojas

¹⁴ Ataque violento e maciço a pessoas, com destruição simultânea de suas casas, negócios e centros religiosos.

de judeus eram apedrejadas ou saqueadas, o que gerou prejuízo de muitas centenas de milhões de marcos.

Os eventos que culminaram nos assassinatos de 7 e 9 de novembro haviam começado, na verdade, em outubro de 1938, quando 20 mil judeus que viviam na Alemanha foram mandados para a fronteira da Polônia. Entre eles, encontrava-se a família Grynszpan. Aquela era uma região considerada “terra de ninguém”, e os judeus foram amontoados em estábulos sem alimentos ou assistência.

Foi quando Zindel Grynszpan resolveu escrever a seu filho Heschel em Paris. Ao receber uma carta de sua família, relatando a situação na qual se encontrava, o jovem ficou desesperado. O governo polonês recusava-se a reconhecer a sua cidadania e, conseqüentemente, toda a família ficou apátrida. Grynszpan decidiu tomar uma atitude desesperada para chamar a atenção do mundo sobre a situação de sua família e dos judeus na Alemanha.

Dirigiu-se à embaixada alemã, alegando ter uma “encomenda” para entregar ao embaixador. Foi encaminhado ao escritório do Terceiro Secretário, ao entrar na sala, o jovem atirou no funcionário alemão. Para o governo alemão, o fato era uma “prova da conspiração judaica contra a Alemanha”. Além de não serem contidos foram incentivados pela população.

Começava assim a violência física, contra judeus e a deportação para os campos de extermínio – que ganhariam dimensões do mais absurdo terror em toda a história da humanidade. De imediato, 26 mil judeus alemães e austríacos foram presos e deportados a campos pela SA e Gestapo.

Nos doze anos em que Hitler ficou no poder, foi declarada uma guerra contra o povo judeu, que foi vítima de todo tipo de violência física, econômica, social, política e psicológica. Em seus primeiros anos, a política antissemita de Hitler foi refreada, segundo o historiador Paul Johnson (1989), por razões de cunho econômico e militar: a economia alemã precisava ser sanada rapidamente e isso significava evitar a expulsão imediata da rica comunidade judaica. Além do mais, Hitler queria rearmar militarmente a Alemanha e necessitava tranquilizar a opinião pública mundial. Por isso, evitou maiores atos de crueldade.

Durante esse período, foram adotadas rígidas medidas “legais” contra os judeus, visando torná-los párias da sociedade. Ao mesmo tempo, eram organizados boicotes e todas as lojas de judeus sofriam constantes ameaças. Ações individuais de violência passavam, propositalmente, ao largo da vista dos governantes. Em 1935, os

Decretos de Nüremberg colocaram em prática o programa original do partido (1920), ao privar os judeus de seus direitos fundamentais e ao começar o processo de separá-los do restante da população.

Já em 1935, a ideia de uma “Solução Final para o Problema Judaico” estava presente nos discursos de Hitler. Não se tratava apenas de uma “ideia”, os instrumentos para esta “solução” já estavam sendo preparados. Por volta de 1938, a economia alemã retomara o ímpeto, a Alemanha havia-se rearmado e o poder econômico dos judeus fora destruído. Naquela altura, mais de 200 mil judeus haviam fugido da Alemanha.

A SS colocou grupos nas ruas especialmente para incendiar e destruir todas as sinagogas. Estas eram o principal alvo da violência. Membros do partido nazista destruíram e pilharam casas e lojas de judeus. Essas cenas se repetiram na maioria das cidades alemãs e austríacas, sempre com a participação de membros do partido nazista e das tropas de choques misturados aos civis. Os distúrbios acabaram sendo controlados horas depois por interferência de Heinrich Himmler, que, preocupado com a repercussão internacional dos fatos, determinou à SS e às forças policiais sob seu comando que impedissem a ampliação da violência e prendessem 20 mil judeus enviando-os para a morte nos campos.

Os nazistas responsabilizaram os judeus pelos “distúrbios” e pela destruição ocorrida, determinando que a população judaica deveria pagar uma multa de 1 bilhão de marcos. A multa implicava no confisco compulsório de 20% das propriedades de todo judeu da Alemanha. Além disso, os pedidos de indenização por parte de judeus nas Cortes de Justiça foram anulados por um decreto oficial.

Vinte e três nazistas foram inocentados da acusação de terem assassinado judeus na Noite dos Cristais. Outros quatro acusados de terem estuprado mulheres judias foram expulsos do partido, pois era “necessário estabelecer uma distinção” entre os delitos praticados por “idealismo” dos demais.

3.4 NEONAZISMO NO BRASIL

A influência das mídias e a popularização da internet nos anos 90 foram essenciais para o crescimento de simpatizantes da doutrina nazista no país. Foi através dos meios de comunicação que tomaram conhecimento das ações do partido de extrema direita, e de outros declaradamente simpatizantes do nazismo.

Em 1977, surge no Brasil os primeiros “punks”. Eles tiveram acesso ao movimento britânico pela imprensa e pelos discos. O movimento começou nos subúrbios de São Paulo e na região industrial do ABC – ou seja, a mesma base social proletária e marginalizada de seus similares britânicos. Bandas como “Inocentes”, “Desequilíbrio” e “Condutores de Cadáver” foram se formando em grande número, além das gangues, todas com nomes próprios.

O “milagre econômico” da ditadura militar brasileira estava se esgotando, e as perspectivas para o futuro se delineavam sombrias para esses jovens. Suas canções não falavam de amor. Ao contrário, eram agressivas e ensurdecadoras, desesperadas.

Cada grupo neonazista tem suas peculiaridades. Por exemplo: dois “fanzines¹⁵” do “White Power”, intitulados “Orgulho Paulista” e “Raça e Pátria”, ostentam frases como: “Temos orgulho de ser brancos, descendentes de europeus e não devemos abrir mão disso”; e “vida longa à raça branca”. O primeiro número do “Raça e Pátria”, de maio/junho de 1989, que foi apreendido pela Polícia Federal em São Paulo, afirmava em seu editorial “O migrante nordestino/nortista somente atrasa nosso lado, FORA NORDESTINOS, estas terras são nossas!!!”.

Alguns desses “fanzines” editados pelos “carecas” incluem “serviços”, que indicam como comprar, por reembolso postal, vídeos sobre a vida de Hitler, ou como entrar em contato com os “skins” da França, da Itália e da Alemanha. As conexões internacionais entre os “carecas” brasileiros, dizem eles, são regulares. De acordo com MacBaker¹⁶, do “White Power”, o grupo recebe mensalmente da Europa o jornal “Skinzine”. Assim, MacBaker pôde tomar conhecimento de que “lá na Alemanha, o problema é expulsar os estrangeiros, árabes, moçambicanos”. E mais: “eles estão certos, é isso mesmo” (O Estado de São Paulo – 27 de setembro de 1992). Segundo o jovem “careca”, “as mensagens de apoio, a força vai pelo correio eletrônico das fitas de vídeo”.

Já Armando Zanine Júnior¹⁷, do Partido Nacionalista Revolucionário Brasileiro (PNRB), formula a questão de modo (aparentemente) diferente: “Não podemos ser racistas num país de mestiços. Muitos de nossos militantes são de cor, e nossa posição quanto à raça é ampla, no sentido de nacionalidade, eugenia (aprimoramento da raça)”. A

¹⁵“Fanzine” é uma abreviação de “fanatic magazine”, mais propriamente da aglutinação das últimas sílabas da palavra magazine (revista) com a sílaba inicial de “fanatic”. “Fanzine” é, portanto, uma revista editada por um “fan” (fã, em português) de forma impressa ou digital. Trata-se de uma publicação desprezível, eventualmente sofisticada no aspecto gráfico, dependendo do poder econômico do respectivo editor (faneditor).

¹⁶ Líder do movimento White Power em São Paulo.

¹⁷ Fundador do Partido Nacionalista Revolucionário Brasileiro.

(IstoÉ/Senhor, 8/11/1989). Essa tese nem sempre é aceita pelo próprio partido de Zanine: certa vez, em maio de 1989, numa reunião com a juventude Nacional-Socialista de Curitiba, dois jovens retiraram-se das discussões por discordar dessa proposta de miscigenação feita pelo líder – aliás, bastante limitada, já que exclui, entre outros, os judeus.

Para Zanine, o Brasil só sairá da crise quando todos os judeus forem desmascarados. “São todos pessoas muito ricas, que ganham dinheiro roubando o povo” – diz ele (IstoÉ/Senhor, 8/11/1989). Considerando que há apenas cerca de 100 mil judeus no Brasil (em 150 milhões de habitantes), e que estão longe de ser “todas pessoas muito ricas”, no mínimo trata-se de um juízo que não exprime a realidade.

O líder do PNRB também vê em Hitler “um grande filósofo”, cujas palavras teriam sido deturpadas pelo “sionismo internacional”, e reafirma mais uma vez seu ódio aos judeus: eles estariam por trás da unificação da Europa e da criação de um mercado comum latino-americano. “Desprovidos de nacionalidade, os povos ficam à mercê dos judeus”, diz ele. (IstoÉ/Senhor, 8/11/1989). Evidentemente, contesta a veracidade histórica do Holocausto, considerando que o extermínio de 6 milhões de judeus durante a Segunda Guerra seria apenas a “versão dos vencedores” para “episódio histórico não esclarecido”.

Ex-oficial da Marinha Mercante, Armando Zanine Jr. Foi duas vezes derrotado em eleições para deputado estadual pelo PDS. Filho de uma alemã e de um descendente de portugueses e italianos orgulha-se de sua origem germânica, considerada “raça pura” pelos nazistas. Sobre os “carecas” que existem nas fileiras do PNRB, garante que não são violentos, porque aqueles que cometem atos de violência pelo país “são grupos isolados, e não nossos militantes. Estes são pacíficos”, assegura. (IstoÉ/Senhor, 8/11/1989).

O ódio aos homossexuais é comum à maioria dos “carecas”. Se pudessem, tratariam de eliminar todos. “os judeus devem ser eliminados porque são párias da sociedade e os homossexuais porque são degenerados” (Carrasco, 27 anos, “general” dos Carecas do ABC). (IstoÉ/Senhor, 8/11/1989).

O neonazismo já produziu também, no Brasil, o seu acervo “literário”. E o grande responsável é o gaúcho Sigfried Ellwanger, engenheiro que vendeu uma metalúrgica de porte médio para fundar a Revisão Editora. Declarado em 1991 “persona non grata” pela Câmara Municipal de Porto Alegre, Ellwanger tem em sua lista de publicações 23 obras de apologia ao antissemitismo e ao neonazismo, que se iniciou com

“Holocausto judeu ou alemão? Nos bastidores da mentira do século”, assinada sob o pseudônimo de S. E. Castan. O livro foi traduzido para o alemão, o espanhol e o inglês, pela própria Revisão, a fim de ser enviado pelo correio para o exterior.

Em “Holocausto”, lançado em 1987– já com 30 edições–, Ellwanger afirma que as atrocidades nazistas não passaram de “uma trama do judaísmo internacional contra a Alemanha” e tenta, utilizando argumentos supostamente científicos, provar que “as câmaras de gás não existiram”. Castan já fez declarações públicas a respeito das câmaras de gás, afirmando que nenhum judeu nunca morreu em um lugar desses, e que o ácido era apenas para desinfetar as roupas dos prisioneiros. Em outro livro de sua autoria, também editado pela Revisão e assinado por S. E. Castan, “A implosão da mentira do século”, assegura que o campo de extermínio de Auschwitz tinha teatro, cinema, bordel, piscina e “amplos, confortáveis e aquecidos prédios de alvenaria, que serviriam de modelo para qualquer projeto habitacional”. Enfim, a proposta é “rever” a História, tentando, como justifica Ellwanger, “desmentir uma mentira propagandeada pelos judeus de que 6 milhões deles teriam sido mortos pelos alemães, o que não é verdade”. (CASTAN, 1987).

Entre os títulos publicados pela Revisão, figuram: “Dos judeus e suas mentiras” (de Lutero – obra de 1543, edição numerada); “O judeu internacional” (de Henry Ford); “Brasil – Colônia de Banqueiros” (de Gustavo Barroso – teórico do integralismo brasileiro); “O Plano judaico de dominação mundial – Os protocolos dos sábios de Sião” (Gustavo Barroso comenta esse clássico do antissemitismo, livro apócrifo publicado pela primeira vez em 1905, na Rússia czarista, que descreve um suposto plano judeu para dominar o mundo); “Hitler: culpado ou inocente?” (do militar Sergio de Oliveira, sustentando que foram 600mil, e não 6 milhões, o total de judeus assassinados na Segunda Guerra Mundial); “Complô contra a Igreja” (de Maurice Pinay, em quatro volumes) e “História Secreta do Brasil” (de Gustavo Barroso, em seis volumes). Os livros são vendidos por reembolso postal e em livrarias a preços muito baixos, com comissões de até 50% para os livreiros, numa agressiva estratégia de marketing.

Ellwanger está também vinculado ao “Boletim-Esclarecimento ao País”, de Porto Alegre, que inclui uma seleção de notícias que servem à causa neonazista, editoriais e artigos. Na edição nº 11, de abril de 1994, eram as seguintes as manchetes: “O Papa e a Igreja resistem à pressão sionista”; “A lista de Schindler: sionismo queima os últimos cartuchos”; e “Carta aberta ao cônsul da Alemanha! – a energética e necessária resposta de Sigfried Ellwanger CASTAN à indevida intromissão de um representante estrangeiro em assuntos internos do Brasil!”. Esta última era uma carta de protesto endereçada ao

cônsul alemão em Porto Alegre, Axel Gutman, contra o apoio dado pelo diplomata ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos gaúcho no seu repúdio à chamada “revisão” da História. “O Boletim”, de 24 páginas, constitui-se, do início ao fim, num desfiar de ódio e de absurdos históricos.

Göebbels, o ministro da Propaganda da Alemanha nazista, um dos principais auxiliares de Hitler, sustentava: qualquer mentira, desde que suficientemente repetida, acaba sendo aceita como verdade. Os neonazistas, como Ellwanger, apostam nisso. “Os livros de Castan influenciam os neonazistas”, argumentou o conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos gaúcho, Jair Krischke¹⁸, justificando os processos movidos contra a Revisão Editora. “Somos a favor da liberdade de expressão assegurada pela Constituição. Mas a Constituição determina que o racismo é crime” – acrescentou o advogado Hélio Santana, da Federação Israelita do Rio Grande do Sul. (KRISCHKE, 1987)¹⁹

Segundo Salem (1995), existem no Brasil cerca de 12 grupos neonazistas diferentes. Cada qual possui origens diferentes. Alguns se intitulam herdeiros do Integralismo de Plínio Salgado; outros buscam apoio na ideologia do nazismo e do fascismo de Benito Mussolini. Os principais grupos neonazistas são os “Carecas do Subúrbio”, os “Carecas do ABC”, os “White Power”, o “Partido Nacionalista Revolucionário Brasileiro (PNRB)”, os “Carecas do Brasil”, a “Juventude Nacional Socialista”, o “Movimento Participativo Nacionalista Social”, entre outros.

3.5 CRESCIMENTO DO NEONAZISMO BRASILEIRO

Embora o nazismo seja alemão e o fascismo é italiano, não quer dizer que o neonazismo tivesse que nascer em um destes dois países. Vejamos o que acontecia na Inglaterra na segunda metade da década de 60.

Final da Copa do Mundo de 1966, Inglaterra e Alemanha. Com a vitória inglesa, o Reino Unido inteiro comemora e tem início o movimento dos "hooligans". Alguns deles raspam a cabeça para dificultar sua captura pela polícia. É uma

¹⁸ Preside o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH)

¹⁹ A questão do direito, ou, de divulgação de obras manipuladoras como as editadas pela Revisão é, sem dúvida, polêmica, pelo prisma de quem defende a democracia. Deve-se proibir sua veiculação, já que são comprovadamente falsas? Ou a liberdade de expressão exige o livre trânsito delas?

comemoração destrutiva. Devido à cabeça raspada são denominados “skinheads” (cabeças peladas) pelos outros membros da sociedade.

Estes primeiros “skinheads” vestem-se como operários, com calças jeans, botas e suspensórios. Gostam de reggae jamaicano (Bob Marley, entre outros) e viviam nos subúrbios industriais londrinos. Têm um caráter nacionalista exacerbado, acentuado notadamente por este jogo na Copa do Mundo. O orgulho de ser inglês. Em um primeiro momento, parecem não ter nenhum posicionamento político definido, apenas amam loucamente o seu país.

Em 1968, Enoch Powell²⁰ faz um discurso que apelava para a defesa dos cidadãos britânicos, de sua cultura, de sua raça e de sua nação contra os imigrantes. Tem-se, assim, um discurso não só nacionalista como também xenófobo. Agora há influência da extrema direita dentro da política inglesa.

Esse discurso encontra eco, pois a Inglaterra estava em uma crise econômica que afetou diretamente o operariado industrial. Como o nível de desemprego aumenta, os responsáveis por tal situação seriam os imigrantes que são contratados por serem mão-de-obra mais barata, segundo o discurso do “National Front²¹”. Manifestações violentas passam a ser atribuídas aos “hooligans” e aos “skins”. Para piorar a situação, na segunda metade dos anos 70, Margaret Thatcher²² sobe ao poder e põe em prática o liberalismo econômico. Thatcher ataca os sindicatos e todos os benefícios sociais concedidos durante a gestão anterior. Isso só gera mais descontentamento do operariado inglês.

As manifestações culturais dos “skinhead”, grupo composto em sua maioria por jovens operários, eram o futebol – exemplo de esporte viril – e a música, com o “reggae” jamaicano. Com o passar dos anos, o “reggae” tentou atingir o público negro, salientando as origens africanas, e isso distanciava os “skinheads” desse estilo musical por serem eles brancos. O “rock n’roll” da época também tinha um discurso que não se encaixava na realidade desses jovens operários: o “paz e amor” do movimento hippie, a sonoridade complexa e letras existencialistas do rock progressivo estavam longe da visão de mundo dos primeiros “skinheads”.

²⁰Enoch Powell foi deputado no Partido Conservador do Reino Unido de 1950 a 1974, do Partido Unionista do Ulster de 1974 a 1987. Ganhou maior destaque em 1968, quando fez seu controverso discurso contra a imigração.

²¹ Trata-se de um partido político britânico de orientação ultradireitista e racista cuja atividade política atingiu o pico durante as décadas de 1970 e 1980.

²² Primeira mulher a ser primeira-ministra do Reino Unido.

Eis que surge em 1975 uma banda de garotos, fazendo um rock simples, com letras críticas e visual agressivo: os "Sex Pistols". A partir deles o "punk" (em inglês "lixo", "podre") assume o caráter de movimento. Com letras ofensivas, o "punk rock" passou a ser uma alternativa ao mercado fonográfico da época.

Mas o mercado não iria deixar escapar essa fonte de renda. No início, era uma forma musical que não se encaixava em qualquer meio de comunicação e suas roupas, rasgadas e cheias de pregos e alfinetes não tinha em qualquer boutique ou brechó. Eis que surge a "new wave" (nova onda) que passa a vender o "punk" como um produto de prateleira. A partir daí, o "punk rock" ficou conhecido pelo público mundial.

Os "skinheads", porém, não se identificaram com os punks por terem um visual "sujo" e terem o rótulo de drogados. A forma de música e os shows eram um motivo de união, no entanto, entre eles. Nesses shows, viam-se jovens com símbolos diversos, como suásticas, símbolos anarquistas e camisas com o rosto de Marx estampado, além da bandeira da Grã Bretanha. Uma verdadeira confusão ideológica.

Pelo fato de serem nacionalistas e terem um discurso xenófobo e conservador, os "skinheads" da segunda metade da década de 70 identificaram-se com a extrema direita do National Front. Como os punks tinham um discurso mais anarquista e os socialistas, uma visão política própria, diferente dos "skinheads" ingleses, não encontraram acolhida entre eles.

Na virada da década, há um movimento que prega a união entre "punks" e "skinheads": o "Oi!" (saudação cockney, oriunda da Escócia) surge com a proposta de acabar com as diferenças e frequentes brigas entre as duas tribos. A banda "The Exploited" surge como expoente desse estilo e levanta a bandeira da união. A mídia, no entanto, via com maus olhos tanto uma como outra facção, atribuindo, a elas, uma onda de violência e bagunça. A acusação da existência de um vínculo entre bandas "Oi!" e a extrema direita britânica vem a agravar o quadro. Diante da pressão e do bombardeio da mídia, o movimento redundou em fracasso.

3.6 PUNKS E CARECAS NO BRASIL

Diferentemente dos britânicos, os "punks" surgiram antes dos "skinheads" no Brasil. As primeiras informações sobre o movimento "punk" chegam ao país no final da década de 70, precisamente no ano de 1977. Por ser um movimento juvenil, alguns jovens

brasileiros aderem ao visual e ao tipo de música punks. O "Sex Pistols" foram referência para esses jovens que, assim como os ingleses, eram de origem operária, pobres e viviam nos subúrbios da capital paulista.

As primeiras reportagens sobre o movimento "punk" tinham um caráter de descrédito "por parte da sociedade em geral, sendo caracterizado por muitos como um modismo". Já na Europa, os órgãos jornalísticos viam o movimento com outra perspectiva, preocupados com a onda de violência havida, principalmente, em shows de rock. A imprensa brasileira, no entanto, ataca o movimento punk brasileiro como sendo ele um movimento politicamente contraditório e antidemocrata. Isso deixa claro o desconhecimento por parte dos órgãos de informação da diferença entre punks e "skinheads" que, nesse momento, já apareciam como um grupo em formação na periferia da cidade de São Paulo.

O movimento "new wave", oriundo da Inglaterra, mesmo criticado pelos punks em geral, foi o responsável pela chegada da música, dos costumes, em terras brasileiras. Em 1978, segundo Costa (2000), foi um ano de crescimento para o movimento punk brasileiro, os jovens do subúrbio paulistano começaram a se identificar com esse movimento, e passam a se agremiar em "ganguês".

Tal como havia acontecido no Reino Unido com o movimento "Oi!", começou a se criar um movimento tendo como fim a união e o término das diferenças entre os diversos segmentos. Bandas como "Os Inocentes", entre outras, passaram a levantar a bandeira do fim dos conflitos, pregando a conscientização contra o inimigo comum, o sistema econômico vigente. Começaram então a circular "fanzines" conclamando todas as facções à união através de shows, na tentativa de acabar com a imagem do punk como um marginal sem perspectiva e sem outra ocupação além do vandalismo gratuito. O movimento, tal como na Inglaterra, não surtiu efeito: as diferenças entre "carecas" e "punks" efetuou o distanciamento.

Com uma ideologia mais concatenada, os "carecas" eram contrários à anarquia, às drogas e ao modo de se portar e vestir dos "punks". Assumindo a bandeira nacionalista, passaram a cultuar o corpo e a pregar os valores conservadores como a moralização da sociedade e a dignificação do trabalho. O desenvolvimento de alguma forma de trabalho passou a ser ponto de honra, como forma de se dissociarem da imagem então a eles atribuída.

No ano de 1978, quando começou a se formar gangues de vila, existia união e os "carecas do subúrbio" era uma gangue "punk" com componentes limitados. Com o

tempo, o movimento “punk” foi sendo usado pela mídia e começaram a aparecer os embalos, as roupas produzidas, tudo que os “punks” repudiam. Ao mesmo tempo, as maiorias dos “punks” da Zona Leste começaram a reforçar o 'movimento careca', tinha se expandido pelo interior de São Paulo e de vários Estados do Brasil.

Nos “fanzines”, tem-se a expressão da ideologia de ambos os grupos, “punks” e “carecas”, além de informações de shows, de bandas e do que ocorre no cenário “punk” mundial. Seus integrantes fazem reuniões, traduzem artigos estrangeiros sobre o assunto, na tentativa de direcionar o movimento para uma maior conscientização dos membros. Recortes de jornal e de revistas passam a circular com maior frequência entre os jovens. Há também a troca de informações entre os representantes de diversos países, relatando inclusive o crescimento do movimento neonazista. Devido a sua maior organização, esse movimento começa a tomar corpo de maneira mais expressiva do que o próprio movimento “punk”. Como forma de retaliação, “fanzines punks” começam a realizar uma campanha contra as bandas e agremiações que erguem a bandeira do neonazismo. As suásticas até então existentes em jaquetas de alguns “punks” passam a ser substituídas por outros símbolos: a presença inicial desse símbolo era mais uma forma de agressão visual do que propriamente a assunção de uma posição ideológica.

Tal reação por parte dos “punks” não conseguiu, contudo, afastar os “carecas” da ideologia neonazista. Na segunda metade dos anos 80, as primeiras influências claras atingiram o solo nacional, através de artigos publicados em revistas e jornais estrangeiros. Apesar de quase todos os “carecas” terem tido contato com o material, nem todos simpatizaram com as ideias pregadas nessas matérias. Tal fenômeno gerou ainda maiores cisões entre os “carecas”.

Tomado como molde, o neonazismo europeu serviu como elemento de fermentação do movimento no Brasil. Entretanto, muitas de suas ideias chocavam-se diretamente com o público brasileiro que se posicionava como espectador daquilo que acontecia na Europa.

Para os “carecas”, o movimento deveria ser exclusivamente nacional. Dessa forma, passa o movimento a assumir o caráter nacionalista que verdadeiramente marca os movimentos de extrema direita. Diante desse quadro, os “Carecas do Subúrbio” manifestaram-se contra os “skinheads nazistas” e apenas consideraram-se nacionalistas. Confrontada a postura adotada por eles com as doutrinas nazistas, claramente se percebem influências, principalmente com relação ao ódio dirigido aos “impuros”. No entanto, os “Carecas do Subúrbio” diferenciam-se no tocante às formas de discriminação adotadas, à

crítica aos skinheads nazistas pela falta de coesão com relação aos princípios nazistas e aos valores “morais” relacionados ao nacionalismo, manifestados desde sempre pelos punks.

Os integralistas veem, desse grupo em formação, um fator interessante de ser aproveitado, e, com bons olhos, o seu nacionalismo exacerbado. No entanto, como comentado anteriormente, não são todos os carecas que participaram desse movimento de absorção das teorias que pregam o nacionalismo: havendo a adesão maciça dos carecas oriundos do ABC paulista, há a separação dos carecas entre os do subúrbio da cidade de São Paulo e os do recém formados "Carecas do ABC".

As diferenças, no entanto, são poucas entre os dois grupos. Primeiramente, os “Carecas do Subúrbio” se concentram mais na Zona Leste de São Paulo e os “Carecas do ABC” nas cidades próximas da Grande São Paulo, centralizando-se em Santo André. Em segundo lugar, a maior proximidade dos carecas do ABC com a AIB, Aliança Integralista Brasileira, com sede no Rio de Janeiro, provoca um distanciamento entre os carecas e uma aproximação com os integralistas, tanto que juntos fundam o lema "Deus, Pátria e Família" em 1932, lema também usado por Getúlio Vargas no período do Estado Novo. “Os Carecas do ABC” assumem também uma postura machista, recusando a presença de mulheres em seus grupos e adotam inclusive a hierarquia militar. Já os “Carecas de Subúrbio” recusam-se a aderir a qualquer partido ou associação de cunho político.

No final dos anos 80, o movimento começa a atingir a classe média, até então mantida fora dos movimentos iniciais. Começa a radicalização extrema no seio dos grupos “carecas” e começa o movimento skinhead: assumindo uma postura claramente racista, adotam os valores pregados pelos “skinheads” europeus e estadunidenses, adotando a disciplina neonazista como filosofia de vida. Com isso, o grupo passa a angariar simpatizantes não apenas na Grande São Paulo, mas também no sul do país, com a grande presença de grupos de origem europeia e favoráveis a separação entre os estados do sul do país e as outras regiões, identificando-as como a razão para a pobreza e o subdesenvolvimento do país. Surge então o movimento que veio a se denominar "White Power" ("Poder Branco"). Acreditando na superioridade da raça branca, adotam a política de ódio contra negros, judeus, homossexuais e nordestinos, concebendo-os como sub-raças. Dentro desta ótica, passam a considerar os nordestinos, de forma geral, como uma raça a parte, responsabilizando-os pela crise de desemprego que atinge São Paulo. Dessa forma, condenam a migração e a possibilidade da busca de melhores condições de vida dos oriundos dos Estados do Norte e Nordeste do país.

A ligação dos recém-formados “skinheads” com a política viria: o Partido Nacionalista Revolucionário Brasileiro (PNRB), surgido em sua origem com o nome de Partido Nacional-Socialista Brasileiro (PNSB) atingiu a necessidade dos skinheads de uma articulação política. Fundado por Armando Zanine Jr., tem como características evidentes as bandeiras já levantadas anteriormente pelo grupo: o nacionalismo, a xenofobia e o antissemitismo. Mesmo na clandestinidade, o partido continua suas atividades de forma indireta, através da construção ideológica e do apoio às atividades desenvolvidas pelos membros do White Power.

Dentre os movimentos neonazistas no país, seguindo a mesma linha de pensamento do White Power, chama a atenção o Movimento Participativo Nacionalista Social (PARNASO). Estruturalmente semelhante ao nazismo alemão, possui estatutos extraídos desse partido e, como bandeira de luta, os questionamentos levantados por Castan: a negação do Holocausto.

O ponto de convergência entre todas as denominações dos chamados “carecas” é a violência: tomada não apenas como uma forma de chamar a atenção da sociedade para seus pontos de vista, possui, além disso, um caráter de entretenimento para os integrantes dessas gangues. A eleição de alvos diversos, na verdade, é a diferenciação mais evidente entre as tribos, embora o antissemitismo e o ódio aos homossexuais seja uma unanimidade entre as doutrinas pregadas. Dentre os outros grupos que direcionam um ódio incontido ao outro (semelhante), estão os que se mantiveram fiéis à ideologia punk, os roqueiros de maneira genérica, os jovens membros de classes sociais superiores (pejorativamente denominados “boys”) e outras formas de agremiação juvenil, as tribos urbanas. De atividade eminentemente noturna, saem à caça de vítimas, movidos por nenhuma outra forma de pensamento que não seja a intolerância racial e política. As justificativas de busca de proteção da violência urbana através da agremiação em gangues continuam a ser utilizadas, apesar de essas agirem como verdadeiros elementos criadores de violência.

As guerras entre as gangues ainda continuam: superando as diferenças, os “Carecas do ABC” e do Subúrbio uniram forças em 1994 com o propósito de destruir o inimigo recém formado, o “White Power”, dos quais se diferenciavam pela aceitação de negros, mulatos e nordestinos em suas fileiras. No entanto, a onda de violência, como não poderia ser diferente, só aumentou com os confrontos constantes, não raramente resultando em mortes. A partir daí, a imagem criada pelos cabeças raspadas, já nada popular na sociedade, piorou, com a frequência com que esses conflitos repercutiam nos

órgãos de comunicação, noticiando espancamentos, depredações e estupros cometidos na guerra entre as gangues.

O caso recente de maior repercussão na mídia foi o assassinato do adestrador de cães homossexual Edson Neris da Silva, espancado até a morte por aproximadamente 30 “Carecas do ABC”. Motivo: homossexual assumido passeava de mãos dadas com o namorado na Praça da República, no centro de São Paulo.

A partir desse episódio e com a conseqüente perseguição promovida pela imprensa e pela polícia às gangues, começou uma represália que se manifestou sob a forma de cartas-bomba enviadas ao organizador do Movimento do Orgulho Gay e ao vereador Italo Cardoso (PT), ambos na capital paulista. A mensagem que acompanhava a bomba enviada ao vereador encontra-se aqui transcrita:

Italo venha nos pegar.
 vamos destruir todos os veados, pretos e nordestinos.
 Nós que somos da raça pura, brancos homens e lutamos pelo fim dessa merda que são os veados, pretos e nordestinos e que nos impede de sair à noite, pois somos obrigados a encontrar essas bichas nojentas, estes pretos fedidos e os cabecinhas chatas que nos fazem vomitar, estão tomando conta da cidade.
 Esses filhos da puta estão dominando até policiais e vocês, cuzões de políticos juntamente com estas merdas de organizações de direitos humanos, ficam protegendo estas escórias que deveriam ser usados como adubo.
 Ficamos um tempo sem aparecer, pois estávamos nos organizando para a partir do dia 7 de setembro aproveitar a data para liberar o Brasil destes excrementos. Todos que defendem estas sub-raças, vão se arrepender e vamos exterminar os principais para dar um exemplo de quem dominará o mundo.
 Estas comissões formadas por imbecis- os grupos de veados, de pretos, de colocadores de tijolos, mais essas ONGs como Tortura Nunca Mais, Anistia Internacional, Gapa, Acat e outras- todas vão se foder.
 Escolhemos um de cada grupo para dar uma lição para dar servir de exemplo. Já escolhemos os merdas de cada porra destas merdas. Podem esperar alguns presentinhos nossos. Nos aguardem pois a limpeza vai começar.
 Salve a raça superior - Nós OS SKINHEADS"

Recentemente foi encontrado nos corredores da USP - Universidade de São Paulo um recorte de jornal noticiando a existência de um estudante neonazista nos quadros da Faculdade de Letras daquela universidade: André Schind Amaral Gurgel que participou da fundação da União Nacional Socialista de São Paulo (UNSSP), tornou-se conhecido por organizar uma campanha de expulsão dos nordestinos de São Paulo. Angariou a antipatia de seus colegas de campus e foi obrigado a trancar a matrícula sob pena de sofrer tentativas de linchamento, segundo relato de seus colegas.

Os grupos neonazistas encontram na internet um espaço dinâmico para se manifestarem. São criados sites e “blogs” com o propósito de propagar o ódio e os

conceitos nazistas, além de apresentarem fotos e vídeos de reuniões de seus participantes. Sites como “Vahallha 88” e “White Power” são hospedados em países que consideram o nazismo crime, mas contraditoriamente, sob alegação de direito de expressão, permitem que os sites permaneçam ativados. No Brasil, é considerado crime toda e qualquer manifestação de caráter nazista. Todos os sites com apologia ao nazismo são excluídos imediatamente.

Os aspectos históricos relativos ao nazismo e as manifestações do neonazismo anteriormente relatadas são fundamentais para a compreensão dos efeitos de sentido que posteriormente as análises procuram explicitar.

4 ANÁLISE DO DISCURSO: HISTÓRIA E TEORIA

4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Para Malidier, o surgimento da disciplina, que, mais tarde, passa a ser denominada Análise do Discurso de linha francesa, tem uma dupla fundação, centrada na atuação de Jean Dubois e Michel Pêcheux.

Na conjuntura teórica da França dos anos 1968-70, quando emerge o sentimento dos limites e do relativo exaurimento do estruturalismo, eflui a AD, presidida pela linguística e pelo marxismo. A Análise do Discurso insculpiu no seu projeto um objetivo político: usar “a arma científica da linguística como um novo meio para abordar a política”, (1994, p. 175). Lembremo-nos dos acontecimentos políticos ocorridos em maio de 1968, ocasião em que a perplexidade originada dos discursos, determina uma urgência teórica e política, que vai buscar na Análise do Discurso um modo de leitura que interprete esses eventos.

Dubois (linguista e lexicólogo consagrado na época), e Pêcheux (filósofo, dedicado a história das ciências), embora de formação e meio profissional diverso, têm em comum o espaço de atuação: o marxismo e a política.

No entanto, presenciam-se diferenças fundamentais entre eles, segundo Malidier. Em Dubois, “a AD é pensada num continuum: a passagem do estudo das palavras (lexicologia) ao estudo do enunciado (análise de discurso) é ‘natural’, é uma extensão, um progresso permitido pela linguística” (1994, p.176). Em Pêcheux, ao contrário, a análise de discurso é pensada como uma ruptura epistemológica em relação ao que se fazia nas ciências humanas, articulando a questão do discurso com as do sujeito e da ideologia.

Tanto um quanto o outro, apesar das divergências, instituem uma disciplina nova que buscava pensar sua autonomia, recusando a relação de aplicação da linguística a outro domínio (como a antropologia, a história, as ciências sociais) e a integração pura e simples à linguística. Em ambos, havia a preocupação em pensar o objeto discurso e, ao mesmo tempo, os instrumentos para sua análise. Para Malidier (1994), os estudos de Dubois, entretanto, tenderam para questões mais enunciativas em que a noção do sujeito falante ficou presa a uma problemática psicologizante. Em Pêcheux, encontra-se a teorização de um objeto novo cujos procedimentos, que permitiam apreendê-lo, colocam

em relação um dado estado das condições de produção e processos de produção do discurso. Define o discurso como sempre determinado e tomado em uma relação histórica.

Antagonizando-se a uma filosofia idealista da linguagem atravessada pela “evidência da existência espontânea do sujeito como fonte, origem ou causa em si” e pela transparência do sentido, Pêcheux (1988) considera que o sujeito não é um dado a priori, mas é constituído no discurso. Sentido e sujeito se constituem num processo simultâneo através da figura da interpelação ideológica, conceito que toma de Althusser (1974). Pêcheux afirma que o

[...] sentido de uma palavra, expressão, proposição, não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo-sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (1988, p. 160).

Desse modo, a noção de sujeito em Pêcheux é determinada pela posição, pelo lugar de onde se fala. E ele fala do interior de uma formação discursiva (FD), regulada por uma formação ideológica (FI). Isso leva o autor a conceber uma subjetividade assujeitada às coerções da FD e da FI. Portanto, um sujeito marcado por uma forte dimensão sócio-histórica que, na linguagem, é balizada pela FD que define “o que pode e deve ser dito por um sujeito”.

Nos fins dos anos 70, a AD estava de certa forma, consolidada nos trabalhos de pesquisa, em estudos concretos que lhe conferiam existência efetiva. Situando-se num campo polêmico pelos deslocamentos que provoca, ela foi objeto de críticas urdidas pelos próprios analistas do discurso e pelos linguistas e pesquisadores estranhos ao campo linguístico.

Depois de 1975, a AD sofre modificações. A partir das construções iniciais, que foram objetos de críticas pertinentes, dão-se desconstruções e reconfigurações provocadas pelas transformações da conjuntura teórica e política que acontecem na França.

Nessa época, ocorre também uma mudança de direção no campo da ciência linguística. Conforme Maldidier:

[...] No campo da linguística, é a chegada tardia mas massiva, da pragmática, da filosofia da linguagem, da análise da conversação, é a crise das linguísticas formais e o sucesso da linguística da enunciação, a recepção de Bakhtin-Volochinov. Essa agitação traz referências novas, abre possibilidades de recursos, favorece a emergência de objetos novos (MALDIDIER, 1994, p.181).

Pêcheux também participa desse processo de reconstrução, ao modificar sua noção de FD, admitindo que uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois entretém uma relação paradoxal com seu “exterior” ao ser constitutivamente “invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela, sob a forma de pré-construído e de discursos transversos” (PÊCHEUX, 1990b, p.314).

Surge, então, a noção de interdiscursividade para designar o “exterior específico” que irrompe no interior de uma FD. Ao colocar a relação da FD com um além exterior e anterior, vê-se obrigado a reconhecer como elementos importantes a serem considerados na análise de uma FD:

[...] os pontos de confronto polêmico que se trava nas suas fronteiras internas, as zonas atravessadas por toda uma série de efeitos discursivos tematizados como efeitos de ambiguidade ideológica, de divisão, de réplicas estratégicas (PÊCHEUX, 1990b, p. 314).

O sujeito do discurso concebido, inicialmente, como puro efeito de assujeitamento ao dispositivo da FD, com o qual se identifica, vai sendo contaminado por essa preocupação nova (o exterior como figura intrínseca do interior discursivo), que leva ao questionamento da própria concepção original da FD e ao reconhecimento do discurso como um objeto heterogêneo. Sob o primado teórico do outro sobre o mesmo, procura-se então tematizar as formas linguístico-discursivas do outro e da identidade discursiva.

4.1.1 Primeira Fase

As indagações em Análise do Discurso surgiram nos anos 60, que foi o apogeu do estruturalismo. Influenciada por essa atmosfera, a primeira fase, denominada AD – 1, inicia-se com a publicação do número 13 da revista “Languages” e do texto intitulado “Análise automática de discurso – AAD 69”, no qual Pêcheux verberava por um dispositivo de análise informatizado, que não tivesse a interferência do analista. Na AAD 69, o termo “discurso” ainda não havia recebido um “contorno nítido” (TEIXEIRA, 2005, p.29).

Nessa fase, o objeto de análise formava-se apenas de discursos políticos devido às circunstâncias históricas do aparecimento da teoria²³. Pêcheux começa a delinear que os processos discursivos estão atrelados a determinadas condições de produção, isto é, às “circunstâncias” nas quais o discurso se inscreve (cf. PÊCHEUX, 1969, p.75).

As “condições de produção” imediatas caracterizam-se pela contextualização do meio em que o discurso é produzido. O discurso de uma mãe, por exemplo, é elaborado em determinada situação para um tipo de interlocutor, o filho, com objetivos determinados, que vão fazer com que esse sujeito (a mãe) assuma uma posição em relação ao seu lugar e aquele ocupado pelo filho. No entanto, nenhum discurso explica-se apenas em função das condições de produção situacionais, pois recebe orientação de outros dizeres, fazendo parte de um contexto histórico.

Pêcheux (1989) demonstra que os discursos estão em uma relação de antecipação, ou seja, cada dizer aponta para outros e prévios dizeres. Esse movimento ocorre porque o discursivizável tem relação com os discursos previamente já-ditos. São eles que definem, a partir das relações interdiscursivas estabelecidas pelo sujeito, o efeito de sentido que se origina na produção de seu discurso. Como forma de complementar a noção de “condições de produção”, Pêcheux ministra sobre as relações de força, que são exteriores aos discursos. Voltando ao exemplo anterior, quando a mãe fala a seus filhos, ela assume esse papel, o papel de mãe; esse discurso seria diferente se ela falasse na posição de filha. Pêcheux, referindo-se à situação de um deputado que pertence ao governo ou à oposição, afirma que: “... o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser

uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa em relação ao que diz...”. (1969, p 77).

A noção de “condições de produção” inicialmente, segundo Malidier (2003), designa a concepção central do discurso determinado por um “exterior”, como se dizia então, para evocar o que faz com que um discurso seja o que é: o tecido histórico-social que o constitui. Nesse sentido, a linguagem ocupa um papel determinante no que diz respeito ao discurso, mas as condições em que este é produzido figuram apenas como simples circunstâncias. A questão social é pensada exteriormente ao discurso, ou seja, nesse momento não se considera que o discurso está atravessado pelos elementos sociais.

Relacionando-se o discurso a uma determinada condição social, a questão relativa ao *corpus* é sobremaneira afetada: as condições de produção “se transforma em um filtro, capaz de selecionar as sequências discursivas que formam o espaço fechado do *corpus*” (MALDIDIER, 2003, p.23). A primeira fase da AD (AD – 1) se caracterizava por sequências discursivas em um *corpus* fechado, cuja análise deveria ocorrer de forma automática, evidenciando ainda uma forte ligação da teoria com o estruturalismo.

Embora a ideia de Pêcheux tenha sido original, pois rompeu com os padrões estruturalistas e dicotômicos em que vivia a Linguística, as noções teóricas ainda implicavam um sujeito totalmente assujeitado, dominado por uma ideologia. Esta atuaria como mecanismo de interpelação do indivíduo em Sujeito, identificando-o com as formações discursivas. O trabalho de Courtine (2009, p. 45) contesta o modo como a fase inicial da AD trata a noção de condições de produção do discurso e aprofunda as reflexões a respeito desse conceito que muitas vezes é tratado como um dado inerente ao discurso, que é facilmente inferível. Contudo, não o é. As condições de produção do discurso devem ser mapeadas e apresentadas pelo analista, a fim de que os aspectos históricos e ideológicos implicados possam ser desvelados.

O autor vincula as origens do conceito à necessidade de pensar as condições de produção em relação à ideologia e a instabilidade das situações em que tais discursos são produzidos. Assim, no início, as condições de produção do discurso ocupavam o lugar de objeto da análise de conteúdo. Posteriormente, estreitaram relações com a sociolinguística, com suas variáveis sociais e condições sociais da situação de comunicação. Por último, imprimiu-se ao termo “condições de produção do discurso”, na acepção teórica da AD, relacionado às formações imaginárias. No entanto, essas noções ainda não são suficientes para definir o conceito de condições de produção. Neste aspecto, Courtine afirma: “[...] tentamos mostrar que a noção de condições de produção do

discurso apresenta um conteúdo ao mesmo tempo empírico e heterogêneo. Queremos acrescentar que esse conteúdo é igualmente instável”. (2009, p. 51)

Assim, o autor demonstra que, inclusive, se deve relacionar as CP à questão da contradição, existente no interior de toda formação discursiva.

4.1.2 Segunda Fase

A segunda fase da teoria consagra-se com a obra de 1975, “Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”. Se, inicialmente o termo “discurso” ainda não havia obtido um sentido definido, agora é aprofundado e articula-se à questão da ideologia althusseriana. Assim, o sentido ultrapassa a linearidade linguística e o próprio escopo da Linguística enquanto ciência, demonstrando a questão da materialidade e da historicidade como essenciais à construção do sentido. É com o reconhecimento de que a língua não existe na forma de um “bloco homogêneo de regras organizado à maneira de uma máquina lógica” (ORLANDI, 2007, p.19), que a questão do sentido começa a ser pensada como constitutiva dos discursos.

O cerne da obra de Pêcheux, que funda vários conceitos e definições que serão a base de sua teoria, visualiza-se na relação da língua com os pressupostos ideológicos: “a ideologia se produz justamente no encontro da materialidade da língua com a materialidade da história” (ORLANDI, 2007, p. 20).

Em “Semântica e Discurso”, Pêcheux adentra a questão semântica, que não havia sido aprofundada anteriormente. Nessa obra, o autor empresta relevo ao pensamento em volta da questão do sentido, que supera os limites da linguística, fazendo-se necessário o conhecimento de outras abordagens sociais. É na relação entre a língua e as Ciências Sociais, pensando a questão do Materialismo Histórico e das ideologias, que Pêcheux conceitua o termo formação discursivas, noção emprestada de Foucault, da obra “Arqueologia do Saber”, de 1969, e, após, redefinida por Courtine.

Foucault conceitua as formações discursivas como “formas de repartição” ou “sistemas de dispersão”, correlacionando, dois níveis, de maneira contraditória: o do enunciado (o nível de um sistema de formulação dos enunciados) e o da formulação (o nível de uma sequência discursiva completa) (apud. COURTINE, 2009).

Já o conceito de formação discursiva, formulado por Pêcheux, relaciona-se à ideologia, processo de interpelação e identificação do sujeito. Para refletir sobre esse

conceito, é necessário compreender como o sujeito se relaciona com o sentido. Se o discurso é efeito de sentidos, o sentido é colhido na relação do sujeito com a formação discursiva, pois as formações discursivas são regiões em que os sentidos se produzem e através dos quais os sujeitos se identificam ao mesmo tempo em que são interpelados.

[...] Chamaremos então formação discursiva àquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (PÊCHEUX, 1975).

Esse conceito apresenta marcas claras de que a formação discursiva, na perspectiva de Pêcheux, possui relação com a questão do Materialismo Histórico. Diferentemente de Foucault, Pêcheux demonstra que é a partir da ideologia e pela ideologia que o sujeito é concebido como sujeito de seu discurso. Para Pêcheux, o sentido está insculpido na ligação estabelecida entre a FD e a formação ideológica (FI), ou seja, como o “conjunto complexo de atitudes e de representações, não individuais nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX, 1969, p. 166).

O sentido não existe por si, mas se inscreve na dependência das FI, é determinado por essas relações. Logo, as formações discursivas vêm a ser a materialização, no discurso, das formações ideológicas. Uma FD é heterogênea às outras e seu fechamento é instável, não havendo limites entre o “interior” e o seu “exterior”.

Os sentidos não estão determinados pela língua, mas esta apresenta marcas da relação que a história e a ideologia produzem. Cada formação discursiva abriga um conjunto de saberes provenientes de lugares discursivos diferentes, os quais identificam o aspecto social e ideológico do discurso. É sob essa ótica que Pêcheux introduz o termo “interdiscurso”, definindo-o como o “todo complexo com dominante” (PÊCHEUX, 1975).

Ao nos valer da reflexão sobre o lugar que o sujeito discursivo ocupa, podemos interpretar, a partir de pistas do discurso, a qual formação discursiva esse sujeito está filiado, revelando traços de sua identidade e do papel que tem em relação à sociedade.

O conceito de formação discursiva, desenvolvido por Pêcheux ligado à concepção althusseriana de interpelação, na qual os lugares que os sujeitos ocupam e, conseqüentemente, os sentidos que manifestam, ficam limitados às relações de classes.

Assim, ocorre que inicialmente tal conceito é considerado fechado e homogêneo, como se houvesse uma adesão direta do sujeito à FD.

Essa relação de interpelação e identificação ocorre através da noção de forma-sujeito. No sentido de que as formações discursivas carregam traços de uma memória e da relação com a historicidade, é possível dizer que um discurso nunca seria autônomo: como ele remete sempre a outros discursos, suas condições de possibilidades semânticas se concretizariam num espaço de relações interdiscursivas, mas jamais enquanto identidade fechada. A noção de FD implica, portanto, sua relação com o interdiscurso, a partir do qual ela se define.

É a partir dessa heterogeneidade que se passa a considerar o fato de que nenhum discurso permanece encerrado em si mesmo.

Pêcheux demonstra que há, no interdiscurso, dois tipos de elementos, que determinam o sujeito. São, portanto, duas formas de engendrar aquilo que “algo fala, sempre, antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 1975). Esses elementos podem se constituir sob a forma de “pré-construído”, ou sob a forma de “articulações”. Essas duas concepções permitem passar do terreno lógico-linguístico ao da teoria do discurso (MALDIDIER, 2003). O pré-construído não pode ser relegado a um simples antecedente, um já dito provindo de algum outro lugar. Ele revela, na materialidade linguística através da noção de encaixe, um sentido outro que mostra as relações presentes no interdiscurso e as questões ideológicas que passam a significar no intradiscurso.

Já que todo discurso é inacabado e heterogêneo, atravessado pela presença do outro, utilizam-se, na sua análise, pistas que constituem pequenos índices nele perceptíveis através dos quais podem ser identificados a incompletude que o caracteriza e os sentidos que ali circulam.

O pré-construído, entendido como “objeto ideológico, representação da realidade”, é assimilado pelo enunciador no processo do seu assujeitamento ideológico, quando se realiza a sua identificação, enquanto sujeito enunciador, com o Sujeito universal da FD. Nessa perspectiva, o pré-construído diz respeito ao “sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (PÊCHEUX, 1975, p. 164). A noção de pré-construído é uma marca, um elemento do interdiscurso que se nominaliza no intradiscurso e que ressoa no discurso, evidenciando um sentido já dito e enunciado, esquecido no momento da enunciação, mas que volta a produzir um novo efeito de sentido, de acordo com o que está sendo evocado pelo interdiscurso e pelas condições de produção.

A articulação “constitui o sujeito relacionado ao sentido”, permitindo que o interdiscurso seja linearizado; é, como menciona Pêcheux, o “efeito de incidência” (1975), um retorno do saber no pensamento, marcando a relação do interdiscurso com o intradiscurso. O processo de identificação do sujeito do discurso com a formação discursiva ocorre via forma-sujeito. Pêcheux afirma que se pode caracterizar a forma-sujeito como “realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui seus fundamentos” (PÊCHEUX, 1975).

O sujeito acredita em uma unidade, que é ilusória, mas necessária a sua constituição enquanto tal. Para Pêcheux, no interior das formações discursivas ocorre o assujeitamento do sujeito, ou seja, ao mesmo tempo em que este é interpelado, ocorre a sua identificação com a FD que o determina.

Dessa forma, “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (PÊCHEUX, 1975, p. 163). Por ser sujeito desejante, a interpelação não ocorre de uma forma certa e inapelável. Assim sendo, também não se pode crer que a forma-sujeito seja uma forma fixa e imutável com a qual o sujeito se identifica. A forma-sujeito pode também estabelecer-se pelo viés da contraidentificação do sujeito com a formação discursiva à qual está inserido. Essa possibilidade diz respeito às várias tomadas de posição, às quais o sujeito pode assumir em seu discurso, contrariando, ou simplesmente se desidentificando com a formação discursiva esperada. Essa reação contrária ao saber da FD imposta ao sujeito, provoca um deslocamento dos sentidos, já que há um elemento do saber que não coincide com o discurso do sujeito.

Courtine demonstra essa contradição, através da noção de “enunciado dividido”. O conceito de FD assume uma dimensão outra. O autor demonstra que as FD são porosas, já que abrigam sentidos diferentes e contraditórios. O enunciado dividido abriga, assim, posições que são consideradas antagônicas, assumindo o caráter heterogêneo do discurso. As formações ideológicas permitem que falemos dos mesmos objetos, mas vinculados a sentidos diferentes, de forma que as mesmas palavras poderão adquirir múltiplos sentidos de acordo com a FI que se filiam. Além disso, a materialidade linguística reflete a contradição existente nas FD e nas relações dessas FD com outras.

Por último, Courtine afirma que não há como pensar o estudo do processo discursivo dissociado do estudo da determinação desse processo no interdiscurso, ou seja, do todo complexo dominante que se constitui sob a forma de interdiscurso. A noção de

interdiscurso é relativa a um espaço de saberes constituintes das FDs que mantêm relações de antagonismo ou aliança. Segundo Orlandi (2007), o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciator. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam enunciações distintas e dispersas que formam o conjunto do domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso.

4.1.3 Terceira Fase

Em um texto de 1978, intitulado “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, Pêcheux retoma algumas questões trabalhadas anteriormente, de modo a fazer uma autocrítica à própria Teoria do Discurso. A questão do sujeito e do sentido constitui-se um ponto fundamental nessa reflexão, uma vez que Pêcheux demonstra que há espaço para a falha, o lapso, o ato falho. Tais formas se manifestam no discurso do sujeito, na substituição de uma palavra por outra, na adequação de um enunciado, no equívoco. É através dessas lacunas deixadas pelo sujeito no intradiscurso que Pêcheux afirma que “não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, 1978).

A partir disso, voltamos ao aspecto ideológico presente nos discursos: a questão do ideológico e do inconsciente já não pode ser elaborada nem como exterior à linguagem nem como exterior ao sujeito. A retificação de Pêcheux ocorre devido à leitura parcial, feita anteriormente, do texto de Lacan. Sobre isso, afirma Teixeira:

Essa leitura, equivocadamente, faz coincidir o Outro lacaniano com o Sujeito althusseriano, não levando em conta que esse Outro não é simplesmente uma máquina resultante do automatismo de uma combinatória estrutural, mas é um Outro desejante. (2005, p. 54).

Observamos que há, portanto, uma reconfiguração da noção de sujeito, que já não é mais absolutamente interpelado pela ideologia, mas devendo “ousar se revoltar” e “ousar pensar por si mesmo” (PÊCHEUX, 1978, p. 304).

Pelas considerações apresentadas, entendemos que surge uma nova fase em Análise do Discurso, a partir dos questionamentos de Pêcheux sobre a própria Teoria do

Discurso, que expõe o lugar que as Ciências Sociais ocupam em relação à noção de discurso.

A contribuição dos estudos de Authier-Revuz mostra-se fundamental, haja vista a necessidade de uma abordagem discursiva que leve em conta os aspectos heterogêneos da língua. Além disso, deve-se observar a importância dos estudos do campo da História, vinculados a Michel de Certeau, que enfatiza o cotidiano do discurso, demonstrando a importância das falas comuns ao dia a dia, que também servem à construção da história.

Michel de Certeau (1998) enfoca a questão discursiva como elemento fundamental às práticas cotidianas, sobre as “artes de dizer”. Segundo esse autor, os discursos cotidianos têm a capacidade de criar um “espaço de ficção”, isto é, um espaço em que as narrativas triviais tornam-se importantes para a compreensão dos elementos sociais. Assim, a colaboração desse teórico é de fundamental importância no campo do discurso, pois permite que a língua seja compreendida como um espaço de construção da subjetividade.

4.1.4 Heterogeneidade: Authier-Revuz

Authier-Revuz desenvolve a noção de heterogeneidade discursiva, registrando a impossibilidade de a materialidade linguística englobar todos os sentidos possíveis de serem discursivizados. A materialidade está ancorada a saberes estabelecidos *implicitamente*, provenientes de outros sentidos que já circulam.

Corroborando a existência do atravessamento de sentidos vários em um discurso, a Análise do Discurso vale-se do conceito de heterogeneidade desenvolvido por Authier-Revuz em sua teoria da enunciação.

A autora assegura que o discurso contém formas de heterogeneidade, isto é, conduz a presença de outras vozes, transporta as palavras do Outro. A primeira forma de heterogeneidade é chamada de “heterogeneidade constitutiva” e diz respeito à transversalidade do discurso do outro em relação ao discurso do sujeito. Ou seja, estes estão sempre sendo atravessados por discursos outros. Authier-Revuz afirma (2004): Todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do Outro”. Diz ainda: “O *outro* não é um *objeto* (exterior, *do qual* se fala), mas uma *condição* (constitutiva, *para que* se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso.” (2004, p. 69).

A segunda forma, denominada “heterogeneidade mostrada” se apresenta de duas maneiras: marcada e não marcada. A marcada é verificável na materialidade da língua, sendo perceptível, na trama do discurso, a referência do sujeito ao discurso do outro. A heterogeneidade mostrada marcada se percebe através do discurso direto e indireto e do uso das marcas de conotação autonímica (glosas, aspas, etc.). Com relação à heterogeneidade mostrada não marcada, o sentido emerge através do uso da ironia, da paródia, e da imitação, mostrando que diversos sentidos são permitidos pela inclusão do outro no discurso do sujeito.

A heterogeneidade mostrada é, portanto, a maneira pela qual o outro surge no discurso. Pode-se dizer que é o modo como o sujeito do discurso delimita e se movimenta entre as fronteiras da sua narrativa – o seu espaço – e o espaço discursivo do outro. Constitui-se de marcações havidas na materialidade, ou seja, reconhecidas no fio do discurso.

Essas marcas podem ser linguisticamente descritas. Além disso, como mencionado, essas formas conduzem o discurso do outro no discurso do sujeito, não podendo, assim, serem abordadas mediante um viés puramente linguístico ou gramatical.

Voltando a Pêcheux, convém referir a obra de 1983, intitulada “Discurso: estrutura ou acontecimento”, que implica em uma crítica à ciência de base escolástica, ao materialismo e à lógica positivista. Nessa obra crítica, Pêcheux leva em conta a importância da abordagem, tanto da história quanto da psicanálise. Segundo Teixeira, tais aproximações consistem em:

História e psicanálise [...] “ocupam-se de relatos, no entanto, uma e outra lidam diferentemente com a relação presente/passado. Para a história, essa relação se dá sob o modo da sucessividade (um depois do outro), da correlação (proximidade entre um e outro) e da disjunção (um ou outro, mas não os dois ao mesmo tempo). Já a psicanálise considera-a sob o modo da imbricação (um no outro), da repetição (um reproduz o outro sob outra forma) do equívoco e do quíprocó (o quê está no lugar de quê?)”. (2005, p.180)

Pêcheux é influenciado por outras áreas, e isso faz com que o autor revise seu pensamento a respeito da teoria do discurso. É com a colaboração de Authier-Revuz e De Certeau que ocorreram alterações substanciais nessa teoria. A Análise do Discurso não mais envolve apenas os grandes discursos políticos, mas passa a ver os discursos como fruto das relações sociais cotidianas. Também, a formação discursiva deixa seu estatuto de espaço fechado e passa a ser vista como um espaço heterogêneo. Além disso, a conclusão de que a letra é limitada, pois não abrange o objeto integralmente, determina que o discurso seja ampliado, englobando outra noção: o acontecimento.

O acontecimento torna-se um saber primordial ao ligar-se à materialidade da língua. O enunciado adquire um efeito de sentido articulado ao que está implícito, ao eixo de memória com o se relaciona. As palavras ganham sentido a partir da ligação com aquilo que aconteceu, admitindo significado no intradiscurso. Sendo assim, as palavras, individualmente, não carregam um significado estanque. Um determinado acontecimento faz com que as palavras incorporem significados de acordo com o acontecimento.

O conceito de falha, definido por Pêcheux, confirma a questão do acontecimento, determinada pelo autor como o “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1983). É através da concepção da falha que se pode ver o acontecimento como o lugar em que se fere a estabilidade, remetendo a um discurso diferenciado. Isso se liga à questão da subjetividade que também começa a ser

reconfigurada. A contribuição da psicanálise à Análise do Discurso permite que um novo sujeito seja pensado: um sujeito desejante. Esse desejo inscreve-se no simbólico e relaciona-se com o equívoco na língua. Isso ocorre porque a língua, enquanto cadeia de significantes é falha. É falha por não dar conta do objeto do dizer e por não dar conta do desejo do sujeito que, mesmo assim, insiste em se inscrever no simbólico. Dizer é, portanto, manifestar um sentido na cadeia significante, a partir de uma memória, mas também a partir do desejo do sujeito.

É essencialmente na chamada AD – 3 que o pensamento de Pêcheux se consoma, articulando a discursividade com a noção de acontecimento.

O acontecimento deve ser visto como a relação do passado com o presente. Todavia, o acontecimento passado não deve ser visto como um acontecimento histórico. Deve-se pensar como o deslocamento entre o passado e o que se enuncia no presente. Nessa ótica a linguagem permite que a memória desponte no presente, vinculando a atualidade à memória.

A noção de acontecimento, segundo Teixeira, “não se trata de remeter a palavra a um “passado”, que daria conta dela, mas de buscar um efeito de sentido no entrelaçamento do passado com o presente” (2005 p.180). A palavra voltada ao passado seria simplesmente contextualizada em um determinado acontecimento. Ao voltar ao pretérito, o sentido manter-se-ia vinculado ao fato ocorrido.

Para Pêcheux, a palavra ganha roupagem nova ao irromper na atualidade, para se vincular ao que está sendo dito. Nesse ponto, o sentido é ressignificante, não sendo uma mera remessa ao passado. Sobre isso, afirma Teixeira: “O acontecimento é fundamentalmente uma interrupção e uma emergência na e pela fala. Pensar o discurso como um acontecimento supõe entender que o discursivo pode parar um processo, romper uma repetição” (2005, p. 181).

A partir de 1983 o discurso assume novo contorno. O discurso é o acontecimento. Courtine, diz:

[...] o ressurgimento de determinadas formulações faz circular formulações anteriores, já enunciadas; assim, a manifestação discursiva rompe por meio da lembrança de uma fórmula ou ritual que preside à enunciação de um discurso, como um efeito da memória na atualidade de um acontecimento, sob a forma de um retorno da contradição nas formas do diálogo (2009, p 104).

Assim, o autor reelabora a memória discursiva na Análise do discurso. Seu trabalho teve como base o discurso político, os apontamentos de sua obra são bastante úteis para o aperfeiçoamento das noções de acontecimento e de memória.

Para Courtine, a memória discursiva abrange à “existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (2009 p.105). Assim, a memória discursiva é constituída ideologicamente, pois, enquanto Formação Discursiva, ela deve estar, segundo o autor, articulada aos níveis da formulação e do enunciado. Em relação a essa questão, pergunta o autor:

[...] do que nos lembramos de e como nos lembramos, na luta ideológica, do que convém dizer e não dizer, a partir de uma determinada posição em uma conjuntura dada, ao escrever um panfleto, uma moção, uma tomada de posição?” Em outras palavras: como o trabalho de uma memória coletiva permite, no interior de uma FD, a lembrança, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento desses elementos de saber que são enunciados? Enfim, sobre que modo material existe uma memória discursiva? (COURTINE, 2009 p.106).

O autor aponta dois caminhos essenciais que envolvem a memória e o discurso. Ainda que determine que tais caminhos sejam necessários ao discurso comunista, parece conveniente ajustá-los a outras abordagens discursivas, abrangidas pela linha teórica da Análise do Discurso. A relação memória-discurso desenvolve-se pela repetição e pela rememoração. A repetição no polo interdiscursivo serve como apelo, lembrança e esquecimento das formulações. Assim, a retomada das palavras é feita a partir da memória, permitindo que os sentidos sejam deslocados, deslizados de uma FD a outra. Segundo o autor, a rememoração envolve a “representação, no espaço imaginário em que a enunciação por um sujeito inscreve a formulação no interdiscurso, produzida pela FD do processo que a atravessa” (COURTINE, 2009, p.238).

O autor evidencia que a rememoração utiliza um recorte que liga o enunciado à memória, gerando um efeito de anulação quando da produção de um novo enunciado. Entretanto, os efeitos de sentido, no interior da memória discursiva, estão determinados por aquele sentido que nasce inicialmente. Assim, Courtine explica esses estágios da seguinte maneira: o nível do enunciado seria a descrição do interdiscurso de uma formação discursiva. O autor denomina o enunciado como “os elementos do saber próprio a uma FD” (COURTINE, 2009). O nível da formulação seria a descrição do intradiscurso

de uma sequência discursiva, ou “o lugar onde se realiza a sequencialização dos elementos do saber” (COURTINE, 2009).

4.2 ASPECTOS TEÓRICOS

4.2.1 Formação Ideológica e Formação Discursiva

As noções de formação ideológica (FI) e de formação discursiva (FD) são imprescindíveis a um estudo que pretende investigar a ideologia na sua materialização: o discurso, uma vez que os dizeres, historicamente inscritos, são vinculados a saberes provenientes de conjunturas sociais, através da linguagem.

A formação ideológica (FI) é caracterizada por Pêcheux e Fuchs como:

[...] posições políticas e ideológicas que não se devem aos indivíduos, mas que se organizam em formações mantendo entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. Falar-se-á de formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras. [1975] (1997, p.166)].

Assim, essa conjuntura ideológica de um grupo com “atitudes e representações” peculiares é nomeada de formação ideológica, cuja composição dá-se pelo arranjo de uma ou mais formações discursivas, que, por sua vez, determinam os discursos cabíveis ou não em um conjuntura sócio-histórica.

As FI, segundo esses autores:

Comportam, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de um relatório, de um programa, etc.), a partir de uma dada posição em uma conjuntura, em outras palavras, em uma certa relação de lugares interna a um aparelho ideológico e inscrita em uma relação de classes. Diremos assim que toda formação diz respeito a condições de produção específicas, identificáveis a partir do que acabamos de designar. [1975] (1997, p. 166)].

Em relação à formação discursiva (FD), de acordo com Pêcheux [1975 (1995, p.162)], toda ela dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas. Esse “todo complexo com dominante” pode ser chamado de interdiscurso, à medida que algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, sob o complexo das formações ideológicas. É por intermédio dos saberes transmitidos interdiscursivamente, que o domínio do saber de uma formação discursiva pode ser constituído e, desse modo, os saberes de uma FD são visualizados pela organização do conjunto de formulações em rede que a compõe.

Para Pêcheux:

Uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos) [1983 (1997 p.314)].

Daí decorre a impossibilidade de concebê-la como espaço fechado e regular, sendo que as fronteiras que delimitam as FDs estabelecem laços com outros discursos, o que remete à possibilidade de os saberes circularem entre FDs diferentes. Pode-se compreender melhor a heterogeneidade das formações discursivas pela frase: “Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu”, analisada por Pêcheux em *Semântica e Discurso*, em que saberes relativos à formação discursiva cristã estão relacionados, na linearidade discursiva, a um saber ateu. Nota-se, no caso, o discurso ateu, empregando elementos do saber cristão, firmados na memória discursiva, a fim de negá-los.

Frente a essa perspectiva de FD heterogênea, Courtine [1981 (2009, p. 99)] defende que: “o domínio do saber de uma FD funciona como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (determina o que pode e deve ser dito), assim como um princípio de exclusão (determina o que não pode/não deve ser dito)”. Logo, o domínio do saber relativo a uma FD delimita seu interior de seu exterior. No entanto, essa limitação não é totalmente estável, pelo contrário, configura-se como uma “fronteira que se desloca”. Então, a demarcação de uma FD é permeável pelo limite de outra, na medida em que deixa passar saberes tanto num movimento de dentro da sua formação para outras, quanto em sentido contrário.

4.2.2 Formação Discursiva e interdiscurso

Tomamos de Courtine (2009, p. 72-73) o que se segue:

a) “A instância ideológica estabelece, sob a forma de uma contradição desigual no seio de aparelhos, uma combinação complexa de elementos dos quais cada um é uma FI. As FI têm um caráter “regional” ou específico e comportam posições de classe. O que explica que se possa, a partir de FI antagônicas, falar dos mesmos “objetos” (a democracia, a liberdade, o pluralismo, etc.) e deles falar “diferentemente” (“as palavras mudam de sentido em função das posições daqueles que as empregam” (HAROCHE *et al.*, 1971, p.84).

b) As FD são componentes interligados das FI. Isso implica que as FD que constituem a mesma FI possam ser distinguidas umas das outras (em razão, por exemplo, de sua “especialização”), mas sobretudo que as FD que dependem de FI antagônicas, aliadas etc. mantém entre si relações contraditórias que se inscrevem necessariamente na própria materialidade dessas FD, isto é, em sua *materialidade linguística*. Se uma FD é o que, em uma dada FI e em uma conjuntura, determina “o que pode e dever ser dito” (o que equivale a dizer que as palavras, expressões, proposições recebem seu sentido da FD na qual são produzidas); convém acrescentar que *essa característica não é isolada* das relações contraditórias que uma FD estabelece com outra FD.

É no interior de uma FD que se realiza o “assujeitamento” do sujeito (ideológico) do discurso. Designa-se pelo termo de *processo discursivo* “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimos, etc., funcionando entre elementos linguísticos” (PÊCHEUX, 1975, p. 146) que aparece como matriz de constituição do sentido para um sujeito falante no interior de uma FD. Se uma dada FD não é isolável das relações de desigualdade, de contradição ou de subordinação que marcam sua dependência em relação ao “todo complexo com dominante” (Idem) das FD, intrincado no complexo da instância ideológica, e se nomeamos “interdiscurso” esse todo complexo com dominante das FD, então é preciso admitir que o estudo de um processo discursivo no interior de uma dada FD *não é dissociável* do estudo da determinação desse processo discursivo por seu interdiscurso. Isso implica, notadamente, que o descompasso entre duas FD, de tal modo que a primeira sirva de “matéria prima representacional” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p.13) para a segunda, deve ser necessariamente levado em conta tanto em teoria como em análise do discurso e que “o próprio de toda FD é

dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, (...) o fato de que ‘isso fala’ sempre antes, em outro lugar, ou independentemente” (PÊCHEUX, 1975, p.147), isto é, sob a dependência do interdiscurso”. (COURTINE, 2009. P.72)”

4.2.3 Pré-construído

A caracterização do interdiscurso de uma Formação Discursiva é, então, um ponto fundamental da perspectiva desenvolvida por Pêcheux: a partir do interdiscurso as modalidades do assujeitamento poderão ser analisadas. Courtine expõe que o interdiscurso é o espaço no qual se fundam, para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva denominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciator se apropria para deles fazer objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciator vai dar coerência à sua declaração, aquilo que Courtine (2009) chama de, depois de Pêcheux (1975), “o intradiscurso da sequência discursiva que ele enuncia” Pêcheux (1975, p. 51-68)

É na relação entre o interdiscurso de uma FD e o intradiscurso de uma sequência discursiva, produzida por um sujeito enunciator a partir de um lugar inscrito em uma relação de lugares no interior dessa FD, que se deve situar os processos pelos quais o sujeito falante é interpelado como sujeito de seu discurso. É a partir dessa relação que se estabelece a articulação do discurso com a língua da qual resultam o desenvolvimento de dois aspectos na obra de Courtine:

a) *O pré-construído*. Termo de Paul Henry, assinala uma construção prévia, exterior, independente por oposição ao que é construído na enunciação. O autor discorre que o pré-construído marca a existência de um descompasso entre o interdiscurso como lugar de construção pré-construído, e a materialidade linguística, como lugar da enunciação por um sujeito. Trata-se do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático: um elemento do interdiscurso nominaliza-se e inscreve-se no intradiscurso na forma de pré-construído, como se esse elemento já estivesse ali. O pré-construído faz alusão às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso: “o que cada um sabe” e simultaneamente “o que cada um pode ver” em uma dada situação. Isso equivale a dizer que se funda, no interior de uma FD, um sujeito universal que garante “o que cada um conhece, pode ver ou compreender”, e que o assujeitamento do sujeito em sujeito ideológico realiza-se, nos termos de Pêcheux, pela identificação do sujeito enunciator ao

sujeito universal da FD: “o que cada um conhece, pode ver ou compreender” é também “o que pode ser dito”. Se o pré-construído dá seus objetos ao sujeito enunciador sob a modalidade da exterioridade e da preexistência, essa modalidade se apaga (ou se esquece) no movimento da identificação.

Courtine, no segundo item, explora a articulação de enunciados evidenciando o interdiscurso enquanto espaço do pré-construído.

b) *A articulação de enunciados*. Para o autor, o interdiscurso é o lugar de constituição do pré-construído, aquilo que fornece os objetos aos quais a enunciação de uma sequência discursiva ajusta ao mesmo tempo que o pré-construído atravessa e conecta entre si esses objetos; o interdiscurso funciona, assim, como um discurso transversal, a partir do qual se realiza a relação com o que o sujeito enunciador dá consistência “ao fio de seu discurso”: Courtine aponta que o intradiscurso de uma sequência discursiva aparece nessa perspectiva como um efeito do interdiscurso sobre si próprio. Se fundamentalmente foi pelo encaixe das nominalizações no interdiscurso que os estudos sobre a funcionalidade dele como pré-construído se deu, seu funcionamento enquanto discurso transversal deu lugar a trabalhos (Henry, 1975; Pêcheux, 1975) respectivos às orações relativas. Para Pêcheux e Henry (1975), “o emprego de uma relativa explicativa produz assim, por expressões tais que “como nós dissemos/como cada um sabe, pode-se ver”, uma lembrança lateral do que se sabe por outro lado (“um retorno do saber no pensamento”, nos termos de Pêcheux), produzindo um efeito de apoio correlativo à articulação das orações no interdiscurso.” (*apud* COURTINE, 2009, p. 75)

Assim, os entendimentos de Pêcheux têm as seguintes implicações:

1) “É no interdiscurso como lugar de formação dos pré-construídos e de articulação dos enunciados que se constitui o *enunciável como exterior* ao sujeito de enunciação”.

2) “A interpelação-assujeitamento do sujeito falante como sujeito de seu discurso se realiza pela identificação deste último ao sujeito universal da FD; o sujeito enunciador é, nessa perspectiva, produzido como um efeito das modalidades dessa identificação; é, nos termos de Pêcheux, o domínio da forma-sujeito”. De acordo com o autor:

o pré-construído corresponde ao ‘sempre-já ali’ da interpretação ideológica que fornece-impõe a realidade de seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade(‘o mundo das coisas’), enquanto a articulação constitui o

sujeito na sua relação com o sentido, de sorte que ela representa no interdiscurso o que determina a dominação da forma sujeito (1975, p.92).

3) “A determinação das condições de produção de uma sequência discursiva só deveria efetuar-se no quadro de definição que constitui o conceito de FD, a partir do interdiscurso da FD que domina essa sequência como “conjunto complexo imbricado de FD e de FI”.” (COURTINE, 2009, p. 76)

Dessa forma, Courtine consegue reordenar a noção de “condições de produção”, rompendo com a concepção psicossocial das CP dos discursos como circunstâncias de um ato de comunicação. O autor faz intervir na análise o vínculo entre uma definição teórica das CP de um discurso – colocadas sob a dependência da relação que uma FD mantém com a “pluralidade contraditória” de seu interdiscurso – e as operações de constituição de um “corpus” discursivo.

4.2.4 Memória Discursiva

A memória discursiva que, neste trabalho, é utilizada como sinônimo da noção de interdiscurso, diz respeito aos saberes já ditos que retornam ao dizer, que são inscritos intradiscursivamente. Cada palavra adquire sentido, relacionado à FD a qual está sustentada. Esse retorno da memória à materialidade linguística permite ressignificar os sentidos: a todo o momento, o dizer resgata e renova o sentido.

O dizer é, portanto, uma constante ressignificação. Se para cada enunciado proferido, o sujeito se filia a uma determinada significação, ele automaticamente rejeita outros enunciados, que poderiam estar presentes no discurso. Essas operações são inconscientes.

Contudo, o sujeito tem a ilusão de ser dono daquilo que diz, como se os enunciados tivessem nascido no instante do dizer. Mas isso não ocorre: o sujeito não é fonte, nem origem daquilo que diz. Essa questão é trabalhada por Pêcheux, constituindo-se como teoria dos dois esquecimentos.

Através do esquecimento número 1, o sujeito possui a ilusão de ser fonte daquilo que diz, como se o sentido nele se originasse. Esquecendo-se de que o discurso é produzido em relação ao já-dito, ao pré-construído, o sujeito acredita ser a origem, o ponto de partida daquilo que diz. Em relação ao esquecimento número 2, o sujeito tem a ilusão

de que é capaz de expressar, na materialidade linguística, exatamente o que tem a intenção de dizer. Nessa concepção, o sentido seria transparente e as palavras refletiriam o que se quis dizer, como se o sujeito houvesse selecionado as palavras exatas para a produção do discurso.

O esquecimento número 1 diz respeito a uma zona de domínio inacessível ao sujeito, o esquecimento número 2 fica dentro do domínio do sujeito. O primeiro é o ponto de articulação entre ideologia e inconsciente. O segundo, entre a linguística e a teoria do discurso (cf. TEIXEIRA, 2005).

O esquecimento número 1 é de ordem ideológica. Demonstra a relação que o sujeito possui com a ideologia, que os sentidos não se originam no sujeito, apenas se inscrevem em seu discurso. O esquecimento número 2 é de ordem discursiva. Assim, não há uma relação direta entre as palavras e as coisas, as palavras e os objetos dos quais queremos falar. Isso se constitui em uma ilusão que o sujeito possui a respeito do sentido.

Tais afirmações nos permitem demonstrar que há uma relação entre os esquecimentos. Por acreditar que o sentido está cristalizado e as palavras se constituem reflexos daquilo que queremos dizer, o sujeito esquece-se de que esse sentido pertence ao já-dito, ao interdiscurso, aos saberes que se encontram ancorados a uma memória, ao que já foi sinalizado, discursivizado, anteriormente. Cada sentido carrega uma história que se realiza e ressignifica no momento da enunciação.

A respeito da contribuição do caráter heterogêneo da linguagem em relação à teoria do discurso, considerando a perspectiva de Authier-Revuz, ressalta-se que, impossibilitado de fugir da heterogeneidade constitutiva de todo discurso, o falante, ao explicitar a presença do outro através das marcas da heterogeneidade mostrada, expressa no fundo seu desejo de dominância. Isto é, movido pela ilusão do centro, por um processo de denegação em que localiza o outro e delimita o seu lugar, o falante pontua o seu discurso, numa tentativa de circunscrever e afirmar o um (REVUZ, 2004, p. 69).

Conforme o exposto, pretendemos demonstrar como as contribuições da teoria da enunciação colaboram para a inauguração de uma terceira fase na Análise do Discurso, que considera a heterogeneidade do sujeito e do sentido. Fundamentalmente, contribui para a manutenção da língua como ordem própria, mas sujeita ao equívoco e para um deslocamento analítico, na medida em que a sequência não é mais concebida um espaço imaginário, mas um espaço constituído pelo discurso do outro. Esse redirecionamento deve-se, pois, à ressignificação da noção de sujeito e de língua a partir da noção de falha, de equívoco.

5 A CONTRADIÇÃO: PERSPECTIVA MATERIALISTA

5.1 UNIVERSALIDADE DA CONTRADIÇÃO

Será abordada aqui a universalidade da contradição e a particularidade da contradição a partir da obra “Sobre a prática e a contradição” (2008), uma coletânea de textos de Mao Tsé-tung, apresentada por Žižek, para depois, ser focalizado o conceito na perspectiva materialista de Courtine.

Aborda-se primeiramente a universalidade da contradição na perspectiva de Mao, que trata a possibilidade de poder explicá-la de forma breve graças a seu amplo reconhecimento desde que a perspectiva materialista dialética do mundo foi descoberta. A dialética materialista foi aplicada, com grande sucesso, na análise de muitos aspectos da história humana e da história natural e na mudança de muitos aspectos da sociedade – como na União Soviética – e da natureza.

Os grandes criadores e continuadores do marxismo foram Marx, Engels, Lênin e Stalin. Todavia, a particularidade da contradição ainda não está de todo entendida pelos seus filiados, em especial, pelos dogmáticos. Segundo Žižek (2008), eles não entendem que é justamente na particularidade da contradição que reside sua universalidade. Também não compreendem como é importante uma análise aprofundada do estudo da particularidade da contradição nas coisas concretas que nos confrontam para guiar o curso da pretendida prática revolucionária. Por tanto, é necessário enfatizar o estudo da particularidade da contradição e buscar explicá-la de uma forma adequada.

A universalidade ou o absoluto da contradição tem duplo sentido. Um é que a contradição existe no processo de desenvolvimento de todas as coisas, e o outro é que no processo de desenvolvimento de cada coisa um movimento de contrários existe do começo até o fim.

Engels referiu: “O próprio movimento é uma contradição.” (1959, p. 166). Lênin ajusta a “lei da unidade dos contrários” a um “reconhecimento (descoberta) das tendências opostas, mutuamente exclusivas, contraditórias, em todos os fenômenos e processos da natureza (incluindo a mente e a sociedade)” (1959, p. 357-8). Essas ideias são importantes na medida em que a interdependência dos elementos contraditórios presentes em todas as coisas e o conflito entre esses aspectos determinam a vida de tudo e impulsionam o seu desenvolvimento. Tudo é contradição; sem ela nada existiria. A

contradição é a base das formas simples de movimento (por exemplo do movimento mecânico) e ainda mais das formas complexas de movimento.

Engels (1959) explica a universalidade da contradição da seguinte forma:

[...] Se uma simples mudança mecânica de lugar contém contradição, isso é ainda mais verdadeiro para as formas superiores de movimento da matéria, e em especial para a vida orgânica e seu desenvolvimento. ... A vida consiste precisa e primariamente nisso – um ser é a cada instante ele mesmo e também algo mais. A vida, portanto, também é uma contradição que está presente nas próprias coisas e processos, que constantemente se origina e resolve; e assim que a contradição cessa, a vida tem fim, e a morte chega. Do mesmo modo, vemos que, também na esfera do pensamento, não podemos evitar as contradições, e que, por exemplo, a contradição entre a capacidade inerentemente ilimitada do homem para o conhecimento e sua presença atual apenas em homens que são externamente limitados e possuem cognição limitada encontra sua solução no que é – ao menos praticamente, para nós – uma sucessão infundável de gerações, em infinito progresso. (1878, p. 166-7)

A contradição se verifica em todos os aspectos da vida humana. Um dos princípios básicos da matemática superior, por exemplo, é a contradição de que, em certas circunstâncias, as linhas retas e curvas possam ser o mesmo. Na guerra, ofensiva e defensiva, avanço e recuo, vitória e derrota, são todos fenômenos mutuamente contraditórios. Um não pode existir sem o outro. Os dois aspectos estão ao mesmo tempo em conflito e em interdependência, e isso constitui a totalidade de uma guerra, empurra seu desenvolvimento para diante e resolve seus problemas.

Cada diferença nos conceitos deve ser olhada de forma a refletir uma contradição objetiva. Contradições objetivas refletem-se na subjetividade, e esse processo constitui a dinâmica do pensamento. Esses problemas no pensamento do homem tem uma resolução contínua.

Oposição e luta entre ideias de diferentes tipos são frequentes. Por exemplo, no quadro político, dentro de um determinado partido estão presentes as contradições entre classes e entre o novo e o velho na sociedade. Se não houvesse contradições nos partidos políticos nem lutas ideológicas para resolvê-las, a vida de cada partido chegaria ao fim. Indaga-se frequentemente, acerca da existência de um movimento de contrários, desde a gênese ao fim do processo de desenvolvimento de cada coisa. A escola de Deborin espousa que a contradição não aparece no começo de um processo, mas quando ele se encontra em um determinado estágio. Se fosse esse o caso, de acordo com (Žižek 2008), a causa para o desenvolvimento do processo antes desse estágio seria externa, e não interna.

Ainda em Žižek (2008) tais visões, produzidas pela escola de Deborin, são antimarxistas. Segundo o autor, essa escola não entende que cada uma e todas as diferenças já possuem a contradição como diferencial. Trabalho e capital estão em contradição desde que as duas classes apareceram, só que, no começo, a contradição ainda não se havia edificado intensamente. Mesmo sob as condições sociais existentes na URSS, existe diferença entre trabalhadores e camponeses, e essa própria diferença é uma contradição.

Não obstante, de forma oposta a contradição entre trabalho e capital, ela não se intensificará até o antagonismo, nem assumirá a forma de luta de classes; os trabalhadores e camponeses estabeleceram um pacto no transcurso da construção do socialismo e estão gradualmente resolvendo essa contradição ao longo do avanço do socialismo para o comunismo. A questão é sobre diferentes tipos de contradição, e não sobre a presença ou ausência de contradição. A contradição é universal, inarredável, estando presente no processo de desenvolvimento de todas as coisas, do início ao fim.

O que implica o aparecimento de um novo processo? A velha unidade, com seus contrários constituintes cede lugar a uma nova unidade, com seus contrários constituintes, e um novo processo surge em substituição ao antigo. O velho processo termina e o novo começa. O novo processo contém novas contradições e inicia sua própria história na evolução das contradições.

Como Lênin indicou, Marx, no “Capital”, desenvolve uma análise modelar desse movimento de contrários, que ocorre por meio do processo de desenvolvimento das coisas, do começo ao fim. Esse é o método que deve ser empregado ao se estudar o desenvolvimento de todas as coisas. O próprio Lênin lançava mão e a ele aderiu em todos os seus escritos.

No “Capital”, Marx primeiramente analisa a mais simples e comum relação, a troca de mercadorias. Nesse singelo fenômeno, a análise revela todas as contradições (ou os germes de todas as contradições) da sociedade moderna.

5.2 PARTICULARIDADE DA CONTRADIÇÃO

Convém ressaltar que, no discurso de Mao, obra apresentada por Žižek citada anteriormente, a contradição está presente no processo de desenvolvimento de todas as

coisas, do começo ao fim, retomando, pois, o que estava em Marx e depois em Lênin. Essa é a universalidade e o traço absoluto que se discute na obra.

Observando-se a relatividade da contradição a partir de Mao, conclui-se que a contradição, em cada movimento da matéria, tem suas peculiaridades. Segundo Mao, “O conhecimento do homem sobre a matéria é a informação de suas formas de movimento, pois nada existe neste mundo exceto matéria em movimento”. (MAO, 2008 p. 94). Assim, avaliando as formas de movimento da matéria, nota-se os pontos que ela tem em comum com as demais formas de movimento. Importa, sobretudo, observar o que é particular a essa forma de movimento da matéria; observar a diferença qualitativa entre essa forma de movimento e as outras. A diferenciação das coisas opera-se a partir dessa observação.

Žižek afirma que “toda forma de movimento contém uma contradição própria, constitutiva da particular essência que distingue uma coisa de outra. Ela é a causa interna, o suporte para a variada gama de coisas existentes no mundo. Existem múltiplas formas de movimento na natureza (mecânico, som, luz, calor, eletricidade, dissociação, combinação...), todas, em essência, são interdependentes, todavia, diferentes das demais.” (2008, p.95) A essência de cada forma de movimento está determinada por sua contradição inata e particular. Isso é verdadeiro e não apenas para a natureza, mas ainda para os fenômenos ideológicos e sociais. Cada forma de sociedade e cada ideologia têm sua própria contradição particular e a sua peculiar essência.

As ciências estão diferenciadas pelas contradições particulares aos respectivos objetos de estudo. A contradição peculiar a certo campo de fenômenos constitui o objeto de estudo de um ramo específico da ciência.

Obviamente, não se consegue descobrir a causa universal ou o fenômeno universal sem antes entender a universalidade da contradição para o movimento ou desenvolvimento das coisas. No entanto, a não ser que estudemos a particularidade da contradição, não temos como determinar a essência particular de uma coisa, que a torna distinta das demais, e nem poderemos delimitar os campos da ciência.

Distinguindo-se a subsequência no movimento do conhecimento humano, existe sempre um aditivo, a contar do conhecimento de coisas individuais e particulares para o conhecimento das coisas em geral. O homem, somente após conhecer a essência particular de muitas coisas diferentes, é que pode proceder à generalização e conhecer a essência comum das coisas.

É necessário o estudo da contradição particular e da essência comum a cada grande sistema das formas de movimento da matéria, e o estudo da contradição particular e da essência de cada processo no correr da evolução de cada forma de movimento da matéria. Em cada forma de movimento, cada processo de desenvolvimento real (não imaginário) é qualitativamente diferente. Nesse estudo Zizek enfatiza a necessidade de começar a análise nesse ponto.

Contradições qualitativamente diferentes só podem ser resolvidas por métodos diferentes. Por exemplo, a contradição entre o proletariado e a burguesia é resolvida pelo método da revolução socialista; a contradição entre as grandes massas do povo e o sistema feudal, pelo método da revolução democrática; a contradição entre as colônias e o imperialismo, resolvida pelo método da guerra nacional revolucionária; a contradição entre a classe trabalhadora e a classe camponesa na sociedade socialista, pelo método da coletivização e mecanização da agricultura; a contradição dentro do Partido Comunista, pelo método da crítica e autocrítica; a contradição entre sociedade e natureza, pelo método de desenvolver as forças produtivas. Os processos mudam, velhos processos e velhas contradições desaparecem, novos processos e novas contradições aparecem, e os métodos de resolver as contradições diferem de acordo com isso.

Na Rússia, havia grande diferença entre a contradição resolvida pela Revolução de Fevereiro e a contradição resolvida pela Revolução de Outubro, assim como os métodos utilizados para resolvê-las. O princípio de utilizar métodos distintos para resolver contradições diferentes deve ser observado pelos marxistas-leninistas, segundo Mao. Nos processos de desenvolvimento de uma coisa, para revelar a particularidade das contradições, na totalidade ou em suas interconexões, é preciso revelar a particularidade dos dois aspectos de cada uma das contradições naquele processo. Caso contrário, não será possível desvendar a essência.

Marx e Engels foram os primeiros a fornecerem excelentes modelos análise para contradição. “Quando eles aplicaram a lei da contradição nas coisas ao estudo do processo sócio-histórico, descobriram a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção; a contradição entre as classes exploradoras e exploradas e também a resultante contradição entre a base econômica e sua superestrutura (política, ideologia etc.); descobriram também como essas contradições inevitavelmente levam a diferentes tipos de revolução social em diferentes tipos de sociedade de classe.”(ENGELS, p. 166)

Marx ao aplicar essa lei ao estudo da estrutura econômica da sociedade capitalista, descobriu que a contradição básica dessa sociedade é entre o caráter social da

produção e o caráter privado da propriedade. Essa contradição se manifesta na contradição entre o caráter organizado da produção nas empresas individuais e o caráter anárquico da produção na sociedade como um todo. Em termos de relações de classe, manifesta-se na contradição entre burguesia e proletariado.

A relação universalidade-particularidade da contradição é uma relação que envolve os aspectos geral e individual de seu caráter. Quer-se dizer, com isso, que a contradição é arterial em todos os processos, do começo ao fim. Movimento, coisas, processos, pensamento – todos são contradições. Negar a contradição é negar o processo. Essa é verdade universal para todos os tempos e países, que não admite exceção, advindo disso, o caráter geral e absoluto da contradição. Mas, esse caráter geral está contido em cada individual; sem caráter individual não pode haver caráter geral. Se cada caráter individual fosse removido, o que sobraria? O caráter individual surge porque cada contradição é particular. O caráter individual existe condicional e temporariamente, e, portanto é relativo.

A lei da contradição nas coisas (lei da unidade dos contrários) é fundamental na natureza e da sociedade, sendo, ainda, fundamental para o pensamento. Ela se opõe à perspectiva metafísica do mundo. Representa grande revolução na história do conhecimento. De acordo com o materialismo dialético, a contradição está presente em todos esses processos do começo ao fim; essa é a universalidade e o absoluto da contradição. Cada contradição e cada um de seus aspectos têm características próprias; essa é a particularidade e a relatividade da contradição. Sob dadas condições, os contrários identificam-se e podem coexistir numa única entidade, transformando-se um no outro. Isso é a particularidade e a relatividade da contradição. Mas a luta dos contrários é incessante, perdura quando os contrários coexistem e quando se transformam um no outro. Isso é a universalidade e o absoluto da contradição. Ao estudarmos a particularidade e a relatividade da contradição, devemos dar atenção à distinção entre a contradição principal e as contradições não-principais e à distinção entre o aspecto principal e o aspecto não-principal. Ao analisarmos a universalidade da contradição e a luta dos contrários na contradição, devemos dar atenção à distinção entre as diferentes formas de luta. De outra forma, podemos cometer erros. Se, pelo estudo, adquirimos real compreensão do essencial, seremos capazes de demolir ideias dogmáticas, contrárias aos princípios básicos do marxismo-leninismo e prejudiciais à causa revolucionária, e nossos camaradas com experiência prática estarão aptos a organizar suas experiências e evitar

repetição de erros empíricos. Essas, de acordo com Mao Tse Tung, são algumas conclusões sobre a lei da contradição (MAO, 2008).

5.3 CONTRADIÇÃO EM ANÁLISE DE DISCURSO

Foi a partir da tese “Le discours communiste adressé aux Chrétiens” de J.J. Courtine, que a categoria marxista da contradição foi inserida e operacionalizada no âmbito da Análise do Discurso através do conceito de “enunciado dividido”. Para o autor, a categoria de contradição é o princípio constitutivo da formação discursiva, unidade dividida e, portanto, heterogênea. Diz-nos o autor:

[...] uma FD é heterogênea a ela mesma: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado de uma vez por todas, separando um interior de um exterior, mas se inscreve entre diversas FD como uma fronteira que se move em função dos interesses da luta ideológica (COURTINE, 1980, p. 4)

Assim sendo, as contradições ideológicas podem ser recuperadas no interior da própria FD. Ele salienta que, ao invés de se considerar a FD em si, isoladamente, deve-se focalizar a sua relações com outras FD, visto que ela é paradoxalmente una e dividida, constituindo-se através de uma contradição desigual. Para isso, torna-se necessário verificar como os elementos pré-construídos, produzidos no exterior da FD, são (re)configurados, (de)negados ou ainda ignorados por ela. Assim, uma FD deve ser entendida como uma unidade contraditória e, portanto, dividida e heterogênea. É esse o seu pressuposto fundamental. Seus contornos são fundamentalmente instáveis. Não há limites estáveis a separar os seus elementos internos daqueles que provêm de seu exterior. O domínio de saber de uma FD estabelece-se como um princípio de exclusão daquilo que nela não pode nem deve ser formulado em função da FI a qual se encontra vinculada.

Retomando de Foucault o conceito de enunciado [E], Courtine considera-o como elemento de saber próprio a uma FD e também como um esquema geral que governa a repetibilidade no interior de uma rede de formulações, compreendendo-a, pois, no segundo caso, como “o conjunto estratificado não sintagmatizado de formulações (reformulações) possíveis em [E]”(2009, p. 101). Trata-se da dimensão interdiscursiva, lugar em que os objetos se formam como pré-construídos.

As redes de formulações que se formam numa determinada FD são responsáveis pelo (s) processos(s) discursivo(s) estabelecidos. Os enunciados articulam-se entre si no interior dessa rede, estabelecendo a referência dos elementos de saber que lhes são próprios.

Essa concepção desnivelada, interdiscursiva – que constitui o eixo vertical – é uma concepção diferente da concepção linguística de enunciado. Por isso, Courtine a designa como “enunciado dividido” (:E:), contraposto ao conceito de enunciação (:e:) que se refere ao intradiscurso, eixo horizontal. Para o autor, a enunciação consiste numa sequência linguística que surge como uma das possíveis reformulações de :E:, marcando essa presença no intradiscurso. Em outras palavras, ela representa a presença na materialidade discursiva de um elemento de saber provindo de uma FD. Tem-se, então, o intradiscurso como o lugar da formulação, da sequencialização dos elementos de saber de uma FD. Portanto, é no nível intradiscursivo que o desnivelamento interdiscursivo dos :E: é linearizado, sendo o espaço em que os :e: se organizam de uma forma pseudo homogênea, como uma unidade. Dessa articulação de :E: com :e: é que surge o discurso.

No nível interdiscursivo da FD, há um espaço de parafraseagem discursiva que possibilita a associação num mesmo enunciado de saberes semelhantes ou antagônicos. A formação antagônica de :E: dá-se em função de saberes opostos, ligados a FD antagônicas. É a modalidade contraditória, o “enunciado dividido”, assim designado por Courtine, que é representado por ele da seguinte forma: $P\{X/Y\}$. Tal representação aponta para a contradição que lhe é constitutiva, onde X e Y representam posições relativas a FD antagônicas no contexto de uma formulação P. Assim, $:E: = \{P X/Y\}$. Essa representação do enunciado dividido indica o limite entre o formulável (FDX) e o não formulável (FDY). Assim, a questão ideológica encontra-se no interior de :E: que é possível resgatar através da materialidade linguística de :e:.

A reflexão de Courtine sobre o “enunciado dividido”, expondo na materialidade discursiva a contradição que o constitui, pode ser expandida a todo e qualquer enunciado, mesmo àqueles que não apresentam, de forma explícita, elementos formais que a materializem.

Tomar, portanto, esse conceito como mote de análise – a pretensão deste trabalho – implica atentar para os saberes de diferentes FD que se inserem nos processos discursivos em pauta, ligadas à FD dominante, a (neo)nazista, buscando identificar as formas de articulação que se estabelecem no nível intra e interdiscursivo.

6 SUBJETIVIDADE E IDEOLOGIA: ASPECTOS NA CONTEMPORANEIDADE

Dufour lança a hipótese de que uma mutação histórica na condição humana está se concluindo “diante de nossos olhos, nas nossas sociedades”(2005, p. 23). Essa mutação não é meramente teórica. Segundo o autor, ela se expressa através de um conjunto de acontecimentos que, embora não muito demarcados, acabam por provocar certa comoção às populações dos países desenvolvidos. Dentre os acontecimentos, é destacado: domínio do mercado, dificuldades de subjetivação e de socialização, toxicomania, multiplicação das passagens ao ato, aparecimento de “novos sintomas”, explosão da delinquência em porções não negligenciáveis da população jovem, nova violência e as novas formas sacrificiais.

O autor, ao contrário de muitos especialistas das questões psicossociais, entende que há indicativos de uma “gravíssima crise” que atinge os países desenvolvidos, e, em especial, a sua juventude, arterialmente vinculados a uma transformação da condição subjetiva que se opera em nossas democracias. Arremata, ainda, que não podemos desprezar a crise atual, bastante peculiar em relação ao que era nas gerações anteriores: “o sujeito que se apresenta nos dias de hoje não é mais globalmente o mesmo que o que se apresentava há uma geração”. A questão subjetiva, portanto, “também está submetida à historicidade e provavelmente acabamos de atravessar, a esse respeito, um limite importante, ao qual as grandes instituições são particularmente sensíveis” (2005, p. 24).

O autor reconhece que não é o único e nem o primeiro a examinar os sinais transformadores que afetam as formas de “ser-si e de estar-junto na modernidade”. Refere o autor que vários filósofos, cada qual a sua maneira, observaram o surgimento desse novo sujeito:

Entramos, há algum tempo, numa época naturalmente dita pós-moderna – J.F. Lyotard (1979), um dos primeiros a apontar esse fenômeno, entendia com isso evocar uma época caracterizada pelo esgotamento e pelo desaparecimento das grandes narrativas de legitimação, notadamente a narrativa religiosa e a narrativa política. (2005, p. 25)

Dufour não discute o emprego das palavras propostas (pós-moderna, supermoderna, hipercontemporânea), quer, apenas, salientar que estamos em “uma época que viu a dissolução, até mesmo o desaparecimento das forças nas quais a “Modernidade Clássica” se apoiava.” Além do fim das ideologias dominantes, ocorreu o desaparecimento das lideranças e de outros elementos importantes. Para ele, a ascensão do individualismo e a descaracterização do papel do Estado, a soberania da moeda, a constante transformação cultural, a massificação dos costumes, o exibicionismo pessoal, a restrição da história ao fato imediato e ao dinamismo da informação, dificultaram a evolução da democracia. O autor ainda salienta, como entraves, o espaço gerenciado pelas poderosas e incontroladas tecnologias, a desinstitucionalização da família, as várias indagações acerca da identidade sexual, os questionamentos sobre a identidade humana, a acomodação política, a transformação do direito em um instrumento meramente formal, a ênfase do espaço privado, que se projeta no uso dos *webcam*, a privatização do domínio público. Esses traços, nos dizeres do autor, são sintomas do modernismo atual: “Eles tendem a indicar que o advento da pós-modernidade não deixa de ter relação com o advento do que hoje evocamos com o nome de neoliberalismo”. (DUFOUR, 2005, p.25).

O autor reconhece aspectos positivos nessa mutação como o gozo dos progressos da automatização dos indivíduos, por outro lado, negativamente, existe a perda de referências nos jovens.

Dufour diz que: “essa situação nova, a ausência de enunciador coletivo que tenha crédito, cria dificuldades inéditas para o acesso a condição subjetiva e pesa sobre todos, e particularmente sobre os jovens”. O autor ainda questiona: “quais seriam os efeitos, para o sujeito do desaparecimento dessa instância que interpela e se dirige a todo o sujeito, à qual ele deve responder e que a história sempre conheceu e colocou em operação, notadamente através da Escola?” (2005, p. 26).

Dufour reconhece a premência de estudos de psicologia contemporânea que expliquem essa nova disposição de um sujeito instigado a constituir-se a si mesmo, desvinculado historicamente, como um sujeito autônomo, mas questiona a que estaria submetido o ser autônomo já que ele é primeiro o assujeitado, o submisso.

Nesse novo contexto histórico, o da contemporaneidade, as tecnologias operam mudanças substanciais na(s) subjetividade(s) e os sujeitos encontram-se vinculados, de maneira geral, à ideologia de mercado. O que está sendo construído é um sujeito “precário, acrítico e psicotizante, [...] “aberto a todas as flutuações identitárias e, conseqüentemente, pronto para todas as conexões mercadológicas. O cerne do sujeito

progressivamente dá lugar ao vazio do sujeito, um vazio aberto a todos os ventos.” (2005, p. 21-22) Esse vazio que, na modernidade, seria preenchido com a figura do grande Outro (a dimensão simbólica do Pai), Dufour fala em grande Sujeito, (Pátria, Pai Celeste, ...), na contemporaneidade (na pós-modernidade) permanece enquanto tal, pois constata-se o declínio da imago paterna.

O autor situa espacial e temporalmente esse fato em Auschwitz, que levou ao domínio absurdo e absoluto a narrativa aterrorizante da Raça. A figura do grande Outro esfacela-se na “catástrofe ocorrida no coração da região mais culta do mundo, a velha Europa”. A partir daí “mais nenhuma forma de grandes Sujeitos é possível” (2005, p. 59). Para ele, a civilização que produziu esses grandes Sujeitos sucessivos, presumidos como nossos salvadores, se autodevorou. Auschwitz desfez toda e qualquer lei. O autor diz que

Enquanto o crime cometido em nome da lei (o genocídio dos índios, por exemplo, ou o tráfico dos negros) permaneceu exterior ao território europeu, ele não feria em nada a autoridade dos grandes Sujeitos do Ocidente, muito pelo contrário: mas, quando o crime foi cometido no interior e conduziu à autodestruição da civilização europeia, esses grandes Sujeitos se encontraram deslegitimados em bloco. Todos de repente apareceram apenas como terríveis ilusões sabiamente construídas que por fim nos conduziam apenas a mais desconcertante das antinomias, a que transforma – inverte, poderíamos dizer – a lei em crime e o crime em lei. Desde então estamos irremediavelmente entregues a nós mesmos, todavia sem poder verdadeiramente assumi-lo (2005, p. 59).

Ernst-Pereira (2010), com base em Dufour (2005), coloca que há tentativas de preencher o vazio na contemporaneidade que podem se voltar para figuras e narrativas históricas disponíveis, embora não mais fundadoras de referência. Diz a autora, que é provavelmente o que está ocorrendo nos grupos neonazistas no Orkut que continuam a sustentar o discurso nazista. Antes o sujeito para ser sujeito constituía-se a partir de um exterior, por exemplo, Deus e a Pátria. Com a democracia, ele se transformou em sua própria origem, e isso é muito problemático: “Talvez fosse doloroso para o homem descobrir que ele só podia ser sujeito sendo sujeito de uma ficção, mas é mais penoso ainda se encontrar sem ficção: o risco é de não mais ser sujeito”. (DUFOUR, 2005, p.72)

Diz a autora também que

a pós-modernidade institui o espaço mutante. Tudo nela é flexível, inclusive os valores. Nela surgem “tribos”, “clãs”, em que o laço social se dispersa numa multiplicidade de socialidades, cada um deles com suas próprias fixações referenciais. Nela surgem pequenas narrativas marginais que são fragmentos, estilhaços das grandes narrativas. (ERNST-PEREIRA, 2010, p. 6-7).

Os usuários do Orkut aí se enquadram. Imaginam-se livres e criam/filiam-se a comunidades com o propósito de propagar saberes do (neo)nazismo. Essa filiação virtual possibilita-lhes um aparente sentido de união e força de grupo, o que parece ser sintoma da falta de referências do sujeito para se constituir enquanto tal na contemporaneidade.

7 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

O “corpus” da presente pesquisa consiste de enunciados de perfis neonazistas coletados no Orkut, com a finalidade de evidenciar, através do mecanismo da contradição, a discursivização da violência. A hipótese aqui defendida diz respeito à constituição de saberes da formação discursiva (FD) nazista e neonazista, formados a partir da contradição entre elementos provindos de FDs antagônicas, ligados a diferentes formações ideológicas (FI).

As etapas de análise do corpus terão como base o que é definido por Orlandi (1999). Segundo a autora, a primeira etapa dá-se na passagem da superfície linguística (discurso) para o objeto discursivo (formação discursiva) e, em seguida, para o processo discursivo (formação Ideológica). Diz a autora que, na primeira etapa, busca-se ver no texto sua discursividade. Para isso, a análise centraliza-se nos elementos de natureza linguístico-enunciativa, envolvidos no processo em questão. Constroi-se, assim, um objeto discursivo, em que se desfaz “a ilusão de que aquilo que foi dito só poderia sê-lo daquela maneira” (1999, p. 77). Nessa etapa, procura-se visualizar a configuração das formações discursivas que estão determinando a prática discursiva em análise. De acordo com a autora, o trabalho do analista.

é tornar visível o fato de que, ao longo do dizer se formam famílias parafrásticas, relacionando o que foi dito com o que não foi dito e com o que poderia ser dito. Estes outros dizeres observados dão as delimitações das formações discursivas que intervêm, fazendo as palavras significarem de maneira x ou y (1999, p. 78).

Na segunda etapa, a partir do objeto discursivo, o processo analítico procura articular as formações discursivas distintas implicadas no jogo de sentidos, fato observado através do processo de significação (paráfrase, sinonímia etc.), com a formação ideológica que rege essas relações. Nesse ponto, alcança-se a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentidos produzidos a partir da materialidade simbólica focalizada. Durante todo o procedimento analítico, cabe observar o mecanismo parafrástico e os efeitos metafóricos. Esses efeitos dizem respeito, de acordo com Pêcheux (1969), ao fenômeno semântico relativo à substituição contextual que provoca um deslizamento de sentido entre dois elementos postos em questão.

No presente trabalho, procura-se identificar os elementos intradiscursivos veiculadores de pré-construídos e de discursos transversos, a forma como se dá essa articulação e o que permite a um sujeito constituir-se como tal em relação àquilo que o determina. O conceito de ideologia é, pois, fundamental para a construção do intradiscorso, espaço privilegiado de materialização dos constrangimentos sociais e políticos que influem na construção da(s) subjetividade(s). A partir daí, busca-se mostrar a contradição entre elementos do interdiscurso e distinguir as configurações de ordem subjetiva derivadas das formas empregadas na materialidade discursiva.

A análise aqui desenvolvida partirá da observação das sequências discursivas de referência (SDRs). As SDRs são compreendidas, segundo Courtine, como “sequências orais ou escritas de dimensão maior que a frase, e representarão cada recorte temático realizado no corpus, sendo numeradas para efeito de organização durante a análise” [1981 (2009, p.55)]. Segundo o autor, a SDR é uma sequência discursiva escolhida como ponto de referência do qual o conjunto dos elementos do corpus receberá sua organização. Coloca ainda que “a SDR está atrelada a um sujeito de enunciador, bem como a uma situação de enunciação que possam ser afastados em relação a certo número de coordenadas espaço-temporais e, mais geralmente, circunstanciais [COURTINE, 1981 (2009, p. 107-108)].

As SDRs não têm apenas a função de organizar a análise e a escritura do texto. É através delas, no intradiscorso, que se consiga acessar as formações discursivas (FD), uma vez que, do processo de divisão do todo discursivo para análise, resultam fragmentos representativos do discurso em questão. A determinação das sequências discursivas parte de critérios que permitem adentrar nos saberes referenciados de uma FD. Para isso, deve ser notada, a partir de elementos formais, a ligação do intradiscorso com a FD e com a memória do dizer, notando a recorrência de saberes estabelecidos pelas suas formulações.

É importante salientar que as SDRs não podem ser interpretadas de modo isolado, pois elas mantêm implicações com as que as precedem e com as que as seguem. Invariavelmente, elas se relacionam umas às outras semanticamente. Cabe ao analista perceber essas relações, quando necessárias para fins de análise, uma vez que podem auxiliar a identificação de saberes evocados ou apagados e, assim, determinar que posições-sujeito e formações discursivas estão em jogo.

8 ANÁLISES

As análises a serem apresentadas a seguir constituem-se num recorte do *corpus de* formulações coletadas nos perfis e álbuns do Orkut, julgado pertinente para desenvolver os objetivos a que o trabalho se propõe.

SDR 1 – “O trabalho que purifica”



24

²⁴ “Auschwitz” é o nome de um campo de extermínio localizados no sul da Polônia. É considerado um dos piores símbolos do Holocausto. A partir de 1940 o governo do III Reich construiu vários campos. Houve três campos principais e trinta e nove campos auxiliares.

... - O trabalho que purifica Page 1 of 1

orkut | Início | Perfil | Página de recados | Amigos | Comunidades | felipegibb@bol.com.br | Sair

O trabalho que purifica (19 fotos)
Início > maxbaxter88@7.0 nazista > Álbuns > O trabalho que purifica

mostrando 1-12 de 19
primeira | < anterior | próxima > | última

maxbaxter88@7.0
nazista
masculino
Berlim, Alemanha

- + amigo
- mais =
- perfil
- recados
- fotos
- vídeos
- depoimentos



ha ha ha ha ha ha

ah ah ah ah ah ah ah ah

ha ha ha ha ha ha

ha ha ha ha ha ha

ha ha ha ha ha ha ha ha

ah ah ah ah ah ah

ah ah ha ha ha ha ha ha

ah ah ah ah ah ah

ah ha ha ha ha ha ha ha

ah ah ah ah ah ah

denunciar abuso

primeira | < anterior | próxima > | última

Sobre o orkut | Acesse orkut.com | Blog | Desenvolvedores | Centro de segurança | Privacidade | Termos de uso |

orkut in English | Ajuda

<http://www.orkut.com.br/Album.aspx?uid=17780017362716232387&aid=1219058224> 22/8/2008

Esse enunciado, título de um álbum de fotos de judeus mortos em campos de extermínio, pertencente a um dos usuários analisados, convive com outro, várias vezes repetido: “Porcos”, acompanhado de risadas. Isso demonstra a intolerância e a violência, presentes nesse perfil. Entretanto, no caso do enunciado em questão, é importante destacar a estratégia discursiva utilizada. Trata-se do uso de formas linguísticas que “dissimulariam” ou “mascarariam” a violência que marcam esse perfil no Orkut, mas que convivem contraditoriamente com uma materialidade imagética e verbal extremamente agressiva igualmente presente no recorte analisado.

O que se observa, no intradiscorso dessa sequência discursiva, é a presença de um processo de relativização que busca delimitar, ou melhor, designar o referente “trabalho”. Esse termo poderia ser substituído por outros, através de um processo parafrástico, como por exemplo, “extermínio”, “aniquilamento”, “assassinato”, “holocausto”, “destruição”, “morte” etc., mas isso produziria um deslocamento de sentido, ligado a FD possivelmente antagônicas ao movimento neonazista. Portanto, em função das condições de produção desse discurso não caberiam serem aqui empregadas. É justo assinalar que o movimento de acobertamento da ação dos nazistas contra os judeus, durante o III Reich, através do documento das SS, designado por “Solução Final”,

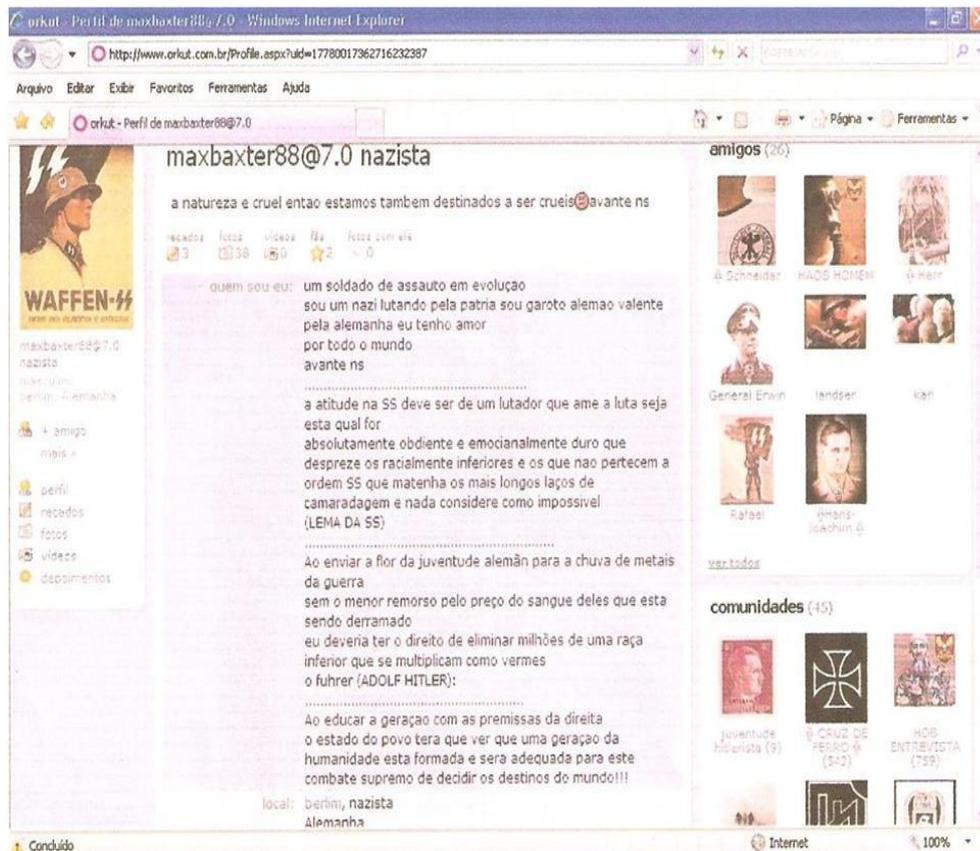
discursivamente mantém-se na formulação analisada. Assim como “trabalho”, o termo “solução” atua no sentido de dissimular a ação criminosa impetrada pelos nazistas e perpetuada discursivamente pelos neonazistas.

A impossibilidade de tais termos figurarem no lugar de “trabalho” atestariam, pois, a crueldade e violência a que foram submetidos os judeus. Na realidade, contraditoriamente o termo “trabalho” produz uma eufemização que “esconde” a dimensão profundamente trágica e monstruosa do que foi o holocausto. Tendo, pois, um valor positivo em seu emprego ordinário, transforma-se, nesse espaço, em defesa dos atos criminosos cometidos pelos nazistas e defendidos ou negados pelos neonazistas.

Outro aspecto a ser referido diz respeito ao uso da palavra “purificar” que funciona como elemento designador de “trabalho” na relativa determinativa. Possui igualmente uma dimensão positiva, provinda de uma memória ligada ao discurso religioso, cuja marca é a ação de livrar o homem de seus pecados, fazendo-o atingir um estado de pureza. No caso, há o desvirtuamento dessa dimensão de sentido para dar sustentação aos atos criminosos dos nazistas. Purificar, na FD (neo)nazista, significa exterminar os judeus, livrar o mundo dos “porcos” e impuros. Assim, a relativa introduz um pré-construído do discurso religioso que funciona pretensamente como elemento abonatório do holocausto judeu, pois, caso figurasse em seu lugar, por exemplo, “que mata”, “que extermina”, “que destroi” etc., ter-se-ia com nitidez uma posição-sujeito filiada ideologicamente ao nazismo.

Por fim, é importante assinalar também a relação parafrástica que o enunciado analisado mantém com o enunciado presente no portão do campo de concentração de Auschwitz –“Arbeit macht frei”/– que poderia ser traduzido por “O trabalho liberta”, que atesta a filiação à FD nazista.

SDR 2 “a natureza é cruel então estamos também destinados a ser cruéis x(avante ns”.



O que se pode observar, primeiramente, nessa sequência discursiva, são suas características formais semelhantes as dos ditos sentenciosos os quais provocam um efeito de verdade através, normalmente, do estabelecimento de uma relação de causa e consequência. Há, pois, no enunciado em questão, uma relação de causa (a natureza é cruel) e efeito (nós, enquanto parte da natureza, também estamos destinados à crueldade), materializada através do emprego do termo “então”. Nas condições de produção em que foi enunciada, provoca um efeito de justificação dos atos praticados pelo nazismo. Nela reverberam enunciados provindos das teorias darwinistas sobre a seleção natural das raças: a lei do mais forte, aqui utilizada como argumento capaz de relevar um dos elementos constituintes da formação discursiva nazista e que ocorreria claramente caso figurasse no lugar de “natureza”, o “partido”. Uma paráfrase possível seria então: “O partido nazista é cruel então estamos destinados a ser cruéis”, mas tal formulação exporia o “real” do movimento nazista que seus adeptos preferem não enfrentar. Esse real necessita ser evitado para que se constitua o imaginário “glorioso” do nacional socialismo.

Assim, o ariano (o nazista), como raça única e forte, sobrevive. Apaga-se a causa real, política e ideológica, envolvida na prática do genocídio dos judeus na Segunda

Guerra Mundial e atribui-se à natureza o ônus da violência. Portanto, a partir do momento em que colocam a causa dessa prática em termos biológicos e não políticos e ideológicos, aqueles que se filiam à FD nazista apelam para o fato “inegável” de que a violência é uma faceta do processo natural. Dessa forma, tornam uma ação violenta particular de um grupo, coletiva, natural e pressuposta na luta pela sobrevivência. Perigosamente, sua referência não se esgota nesse fato passado; ao contrário, expande-se e atinge a atualidade do acontecimento das comunidades neonazistas e projeta-se para o futuro: “... estamos destinados a ser cruéis”. Isso é possibilitado intradiscursivamente através do uso do presente gnômico e da expressão de cunho militar “Avante ns”. O ideário nazista, assim, encontra sua justificativa na ciência, espaço do conhecimento e de validação dos fatos. Há, portanto, uma desigualdade operada pela contradição envolvida na articulação de dois saberes provindos de duas diferentes FDs: a científica e a político-ideológica, espaço das arbitrariedades e paixões, colocando-as numa suposta simetria que provoca o efeito de justificação.

Através da memória do dizer de diferentes FDs, materializam-se saberes que, não pertencendo ao espaço da FD (neo)nazista, atuam, no entanto, para validar seus pressupostos como no caso da suposta superioridade da raça ariana e também para evitar o enfrentamento do sujeito com o “real” de seu assujeitamento.

SDR 3: “Um soldado de assalto em evolução sou um nazi lutando pela pátria sou garoto alemão valente pela Alemanha tenho amor por todo o mundo avante ns”

Nesse caso, o que se destaca é a assunção clara da filiação do sujeito ao ideário e à ação militar nazistas: “... sou um nazi lutando pela pátria sou garoto alemão valente...” pelo uso da primeira pessoa. A emergência desse índice de pessoa mais a condição assertiva da formulação produzem um efeito de certeza e acentuam a relação discursiva com os parceiros virtuais imaginariamente colocados na mesma posição ideológica de quem está se enunciando “eu”. O interessante é sua inserção imaginária num tempo de guerra passado, na condição de alemão, embora seja brasileiro e esteja situado num espaço/tempo sem guerra. O enunciado mostra um soldado que luta “radicalmente” por “sua” pátria, a Alemanha. Esse pertencimento virtual dá-se em função da relação estabelecida entre o sujeito e aquilo que parece considerar importante em termos de valores, sentidos e símbolos. Nas sociedades contemporâneas em que as identidades tornam-se provisórias, variáveis e problemáticas, é possível que tal pertencimento, embora ficcional e temporário, produza, para o sujeito, uma sensação de estabilidade e unificação. No entanto, verifica-se uma contradição na medida em que se

faz presente um elemento “estranho” aos saberes da FD nazista: a amorosidade, oposta à violência que a caracteriza. Esse fato torna-se mais relevante uma vez que, no registro iconográfico do perfil analisado, o usuário se apresenta como membro de uma das unidades da SS, considerada a mais cruel e sanguinária: “Waffen SS”. Daí se pensar que, dadas as condições de produção, o termo “mundo” da expressão “tenho amor por todo o mundo”, sem predicado (Que mundo?) que lhe especifique o sentido, possa remeter ao mundo nazista, justificando, dessa forma, a ação violenta de eliminação de raças consideradas impuras e inferiores. Imbuído dos pressupostos nazistas, o usuário acredita que essas ações levariam à evolução da espécie humana.

SDR 4: ♪ “... Malditos discípulos da foice e do martelo, sem nenhum respeito pelo verde e amarelo...” ♪

Esse enunciado participa de um contexto em que se apresentam diferentes símbolos e termos ligados à ideologia nazista conforme explicados a seguir:



Bandenkampfabzeichen: Foi um prêmio do exército alemão do Terceiro Reich . Pessoal do Heer , da Luftwaffe , e Waffen-SS eram elegíveis para a receber. Em alemão, ele foi chamado de "Bandenkampf-Abzeichen", como Reichsführer-SS Heinrich Himmler decidiu usar o termo Banden em vez de partidários, não querendo dar crédito aos guerrilheiros.



Verwundetenabzeichen Era um prêmio dedicado a soldados feridos ou mortos, pertencentes ao Império Real Alemão, durante a II Guerra.



SS Hitlerjugend:, Foi uma divisão da Waffen-SS durante a Segunda Guerra Mundial. A maioria do efetivo era originário da Juventude Hitlerista.



12ª Divisão Panzer: A 12ª Divisão Panzer Foi um tanque pesado da Segunda Guerra Mundial, desenvolvido pela Alemanha Nazista. O conceito que está na origem do tanque “Tiger I” tem a sua origem em 1937, quando se fizeram estudos sobre tanques mais pesados que os Panzer III e Panzer IV.



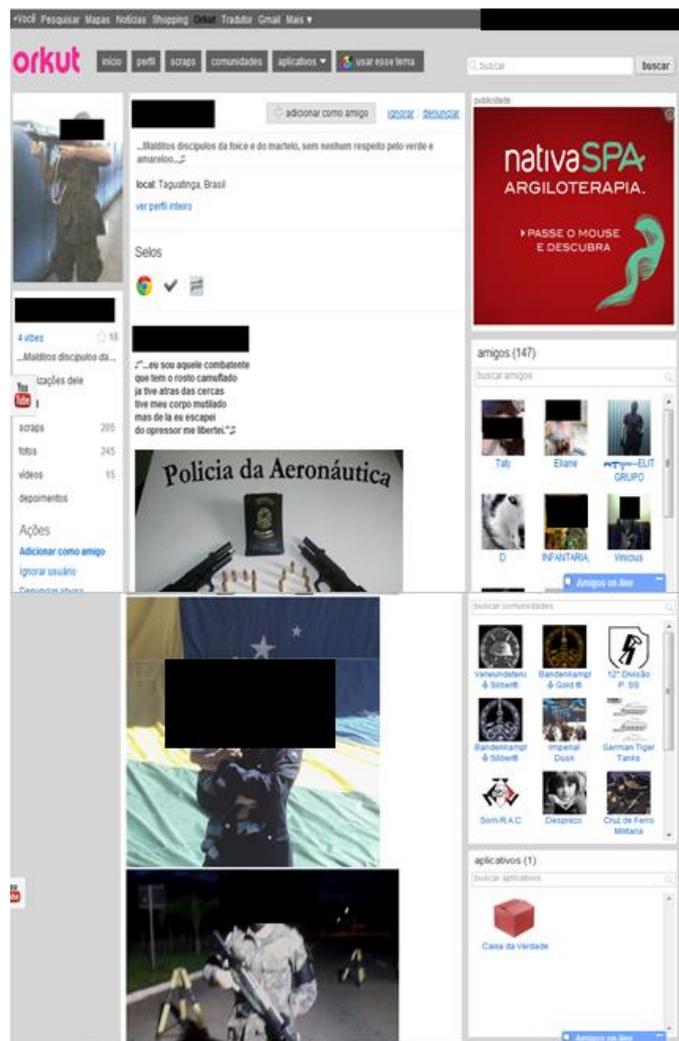
Cruz de Ferro: Foi de grande Honraria militar, instituída nas Guerras Napoleônicas, reinstituída do Império Alemão, sendo entregue em guerras importantes como na Guerra Franco-Prussiana e na Primeira Guerra Mundial. Só voltou a ser usada na Segunda Guerra Mundial sob o Terceiro Reich Alemão. A cruz de ferro não é atribuída desde maio de 1945 e é uma condecoração exclusiva de tempos de guerra.



Som R.A.C

Estilo musical *PunkNazi*. Letras com teor nacionalista.²⁵

²⁵Encontram-se hospedados na internet sites que expõem esse estilo musical, como o Youtube: Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=9wrKOzJyS9k>>



No contexto em que se insere o enunciado “... Malditos discípulos da foice e do martelo, sem nenhum respeito pelo verde e amarelo...”²⁶, pode-se indiscutivelmente observar a filiação do usuário aos pressupostos do nazismo, com destaque à causa do nacionalismo e ao ataque ao comunismo, regime ao qual Hitler se opunha fortemente. As notas musicais, presentes no fragmento, podem estar possivelmente remetendo à parte de um suposto estribilho de uma suposta canção nacionalista. A linguagem é forte e agressiva e faz uso da metaforização, através da referência ao símbolo do comunismo, o foice e o martelo, e das cores da bandeira brasileira²⁶, o verde e o amarelo. Assemelha-se a um brado de revolta, de guerra, dado o contexto militar em que se insere, contra o adversário: o comunismo.

²⁶A bandeira do Brasil é um dos quatro símbolos oficiais da República Federativa do Brasil, conforme estabelece a Constituição do Brasil. Os outros símbolos são as armas nacionais, o hino nacional e o selo nacional.

Focalize-se primeiramente a substituição operada pelas metaforizações empregadas: “foice e martelo” em oposição a “verde e amarelo”. No primeiro caso, tem-se um processo que funciona no lugar da designação do movimento político ligado à classe operária e atuante na sociedade capitalista; no segundo, no lugar da designação da bandeira, símbolo distintivo da nação brasileira aparecem as cores mais proeminentes que dela fazem parte. São colocados em oposição elementos de natureza diferente: movimento (ou sistema político) x pátria (ou nação).

Isso não se faz sem consequências. A foice e o martelo representam os trabalhadores industriais e/ou camponeses de um país, o que se costuma chamar de proletariado – o martelo representa a classe operária industrial, enquanto a foice, os trabalhadores agrícolas, juntos simbolizam a união desses dois grupos e, portanto, o próprio ideal comunista²⁷; já a bandeira representa todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua cor, raça, credo e filiação política.

Paráfrases poderiam, a partir daí, ser construídas, tais como, “Malditos discípulos do comunismo, sem nenhum respeito pelo Brasil”, “Malditos comunistas, que não respeitam os brasileiros”... que construiriam um efeito de sentido diferente, embora se enquadrassem no espaço da FD (neo)nazista. Mas qual seria a diferença de uma e outra construção? Parece que a oposição entre “foice e martelo” e “verde e amarelo” enfatiza uma oposição entre combate, afrontamento e paz. Registre-se que as palavras “foice e martelo” carregam uma memória que continua produzindo seus efeitos: “foice” é instrumento criado para ceifar, abater, segar, tirar a vida; “martelo”, por sua vez, destina-se a bater, quebrar, cravar pregos etc. Portanto, não foi uma “escolha” casual ou estilística, mas discursiva, na medida em que são instrumentos utilizados com violência, e isso é importante que seja enfatizado numa FD contrária ao comunismo, além de, evidentemente, serem símbolos conhecidos do comunismo. Por outro lado, a presença dos termos “verde e amarelo” ligam-se ao imaginário brasileiro de nação não beligerante, pacifista. Afinal, a bandeira brasileira não tem o vermelho da guerra, mas o verde (esperança) das florestas e campos e o amarelo (paz) da forte riqueza mineral! Esse elemento imaginário serve aos pressupostos nacionalistas do (neo)nazismo. Assim, através do processo de metaforização, opera-se um deslocamento: da oposição histórica

²⁷A foice e o martelo foram, de início usados durante a Revolução Russa de 1917, mas só se tornou um símbolo oficial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1924. É a partir da Revolução Russa que esses elementos passaram a ser o símbolo de vários partidos comunistas e países socialistas.

“nazismo x comunismo” vai-se à oposição “brasilidade x comunismo”. O nazismo, como é nacionalista, encontrar-se-ia ao lado dos brasileiros, e juntos teriam um inimigo comum: o comunismo. Do confronto entre FDs situadas no campo político, passa-se ao confronto entre FDs, provindas de campos discursivos diferenciados. Isso se dá a partir de uma posição-sujeito que trabalha a contradição relacionada a sua filiação, expondo um de seus polos – o comunismo – e “esquecendo” o outro, o (neo)nazismo, mas ela é operante na formulação analisada. É a partir dela que se organizam os elementos presentes na linearidade significativa.

The screenshot shows a user profile on the Orkut social network. The profile name is "eu sou nazista hitler vive !!". The bio contains a long, repetitive text block of 'e' characters. The profile also lists interests, social media links, and a list of friends and communities.

eu sou nazista hitler vive !!
 hitler ficou com odio dos judeus porque ficou traumatizado com a morte da mae !!

recados: 0 | fotos: 59 | fotos com ele: 0 | vídeos: 15 | fãs: 9 | confiável: 5 | legal: 5 | sexy: 5

social

idiomas que falo: Português (Brasil)
 interesses no orkut: amigos
 quem sou eu: civilização branca !! eu nasci na europa ocidental graças a deus ! eu sou branco isso me torna um ser humano muito melhor sou superior nos os brancos somos os principais fora mulato !! fora cafuzo !! fora mameluco !! voce negro que veio da africa cheio de doenças !! fora negro !! o mundo e dos brancos nos criamos o mundo civilizado !! voce negro que era odiado por adolf hitler lvoce negro que tem que fazer trançinha no cabelo para mudar o visual !! fora preto !!o rock e dos brancos ninguem nos toma !! voce negro que quando nao ta numa roda de samba ou esta num centro de macumba ou atraz das grades de uma prisao !! voce negro que foi libertado da escravidao pela princesa isabel ! a cultura nos brancos que a fizemos nos temos alma somos inteligentes !! hitler tem racoa nos arianos somos superiores !! voce negro que quando nao compra rouba !! o branco e nobre o caucasiano e bonito e perfeito !!lugar de macacos e no zoológico !! adolf hitler isso e para voce !! ator da poesia raphael leme

NAZISTA
 Um sanguinario
 Odiamos
 Pretos
 Viados
 Asiaticos
 Musulmanos
 Judeus
 E qualquer raca q naum seja Ariana

filhos: não
 etnia: caucasiano (branco)
 religião: Ateu
 visão politica: depende
 humor: seco/sarcástico, simpático
 fumo: não
 babo: não
 paixões: minha familia
 esportes: futebol gosto da major league soccer !!
 atividades: so na prisao mesmo !!
 livros: odio ler !! meim kampf livro do adolf hitler
 música: rock n roll
 programas de tv: as vezes vejo alguma coisa !!
 filmes: oz a vida e uma prisao !!
 cidade: oz
 país: Brasil

amigos (80)
 Fuscao, Mari Lene, Lpoca, GERMANO, Canibal, Ministro Claudio, @blackzinha, Elpoude

comunidades (116)
 Hitler matou os judeus (3), Campos de Concentração (71), OZ- A vida é uma prisao (184), sou nazista (6), Hoje é dia de malade (34.617), Evita Perón (1.447)

SDR 5: “Hitler ficou com ódio dos judeus porque ficou traumatizado com a morte da mãe !!”

Considere-se inicialmente a estratégia discursiva similar a ocorrida na SDR2: o estabelecimento de uma relação de causa/efeito. Aqui, é apresentada a oração “... ficou traumatizado com a morte da mãe” como causa do antissemitismo de Hitler, expresso em “Hitler ficou com ódio dos judeus”. Ressalte-se que o implícito aí presente é de fundamental importância no efeito de sentido resultante, dado o lugar ideológico de onde provém essa oração, fato que desenvolveremos no decorrer desta análise.

A leitura que esse enunciado propõe é que Hitler é humano! Afinal, traumatizou-se com a morte da mãe. Há, portanto, uma justificativa “plausível” para os atos inumanos, bárbaros por ele perpetrados. O homem responsável pelo pior genocídio da história – cerca de 12 milhões em pouco mais de 12 anos – sensibiliza-se tanto com o desaparecimento de sua progenitora que cria um ódio exacerbado aos judeus. (sic!) Isso ocorreu, quando Hitler teria 18 anos, em 1907. Ele teria responsabilizado o médico da família, judeu, pelo destino de sua mãe que morrera de câncer e, mais tarde, buscou eliminar o “câncer do sionismo”.

Todavia, ao justificar o antissemitismo de Hitler a partir de um evento familiar específico, apagam-se outras possibilidades. Uma delas seria o fato de sua mãe que trabalhara como doméstica numa família judia ter engravidado do filho mais novo dessa família. Em função desse fato, a família teria dado uma pensão alimentícia a Hitler até que completasse catorze anos, o que foi desmentido por ele que dissera ter sido uma artimanha de sua avó para obter a pensão. Dito de outra forma, Hitler teria preferido acusar sua avó de chantagem sexual a admitir que pudesse ter sangue judeu. Assim sendo, seu antissemitismo seria uma forma de eliminar dentro de si a dúvida sobre suas origens. Outra possibilidade teria sido a rejeição sofrida por ele na Academia de Artes Gráficas de Viena, revoltando-se contra os pintores judeus que trabalhavam no setor artístico da cidade. Outra possibilidade também aventada seria que sua obsessão seria derivada de uma suposta sífilis, contraída de uma prostituta durante sua estada na capital austríaca, ou ainda, sua homossexualidade, hipótese surgida com a publicação da obra “O segredo de Hitler” do historiador alemão Lothar Machtan em 2001. O ódio aos judeus teria sido uma reação aos ataques que a imprensa judaica de Viena teria dado a um caso de homossexualismo ocorrido na cidade. Todavia, embora seu governo mantivesse a perseguição aos gays, Hitler nunca se pronunciou sobre esse fato.

Enfim, há outras explicações além dessas, que se dirigem ao implícito que o enunciado carrega (Se Hitler ficou com ódio dos judeus²⁸, é porque antes não tinha: conseqüentemente, haveria alguma razão ou fato desencadeador externo, responsável por sua obsessão), o que convoca elementos da memória discursiva e histórica (aquela construída pelo historiador) que possam preenchê-lo. Mas o importante a salientar é que elas foram “esquecidas” evidentemente porque alterariam o imaginário da figura do líder

²⁸ É importante colocar que o ódio de Hitler contra os judeus, embora mais radical que a média, não era novo nem estranho na Europa daquela época. Ele incorporou-o, integrando-o a FD nazista como um de seus pressupostos ideológicos.

do nazismo, não cabendo no espaço da FD (neo)nazista. A “escolha” da causa possível do ódio aos judeus – o seu sentimento com relação à perda da mãe – refere-se a um elemento de saber de tipo universal: “É próprio da natureza humana sensibilizar-se com a morte”, o que, de certa forma, é paradoxal, na medida em que foi ele responsável pelo holocausto. Ao utilizar tal estratégia discursiva, de que seria movido por algo que é partilhado por todos, representa-se o líder nazista como ser dotado de sentimentos. Esse pré-construído é articulado com o saber da FD (neo)nazista de forma a validá-lo.

9 EFEITO DE CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou apresentar as diferentes formas tomadas pela doutrina discriminatória que constitui o (neo)nazismo, no meio digital, em sequências discursivas integrantes do *corpus* desta pesquisa. Buscou-se reconhecer os processos discursivos que as engendram, através do conceito de contradição do materialismo histórico, e que atestam formas de violência contra o outro num espaço cuja eficácia de circulação e divulgação é inédita na história da humanidade.

Através de pesquisa histórica, tentou-se acessar aos saberes interdiscursivos e ao jogo linguístico-enunciativo que os associa ou dissocia na linearidade significativa em função da FD dominante, a FD (neo)nazista. Nesse movimento analítico, merecem ser destacados os seguintes pontos:

1º) o uso de formas linguísticas dissimuladoras da violência que marcam os enunciados dos perfis analisados no Orkut, mas que convivem contraditoriamente com materialidades imagéticas e verbais extremamente agressivas;

2º) a transformação de emprego de termos ou expressões que, em seu uso ordinário, possuem um valor positivo, em meios de defesa de atos criminosos cometidos pelos nazistas e defendidos ou negados pelos neonazistas no espaço digital;

3º) as relações parafrásticas mantidas pelos enunciados analisados com enunciados efetivamente utilizados ou pressupostos que constituem a FD (neo)nazista;

4º) o emprego de características formais semelhantes as dos ditos sentenciosos os quais provocam um efeito de verdade e de metaforizações que atuam de maneira a operar deslocamentos de sentido;

5º) a justificação da ideologia nazista a partir de elementos de saber provenientes de discursos de campos discursivos diferenciados como o religioso e o científico, estabelecendo uma rede com conexões, muitas vezes, inusitadas. Portanto, através da memória do dizer de diferentes campos discursivos e de diferentes FDs, materializam-se saberes que, não pertencendo ao espaço da FD (neo)nazista, servem, entretanto, para justificar seus pressupostos;

6º) a presença de elementos na materialidade discursiva que podem estar a serviço do encobrimento do “real” do assujeitamento do sujeito (neo)nazista;

7º) o pertencimento virtual dos usuários à ideologia nazista pode ser sintoma da necessidade de ordem subjetiva de um Outro que lhes dê sustentação, que lhes

possibilite a sensação de estabilidade e unificação, visto serem, na contemporaneidade, as subjetividades fragmentadas, em função da provisoriedade e da variabilidade que as estão constituindo;

8º) o funcionamento do imaginário sobre o nazismo na constituição da própria historicidade que se discursiviza através do simbólico nos enunciados analisados.

Embora esses pontos digam respeito apenas aos processos discursivos analisados nas sequências tomadas como referência deste estudo, acredita-se que se constituam numa amostra expressiva do que vem sendo produzido nas redes sociais cujos eixos temáticos giram em torno da violência contra o outro.

A internet, como meio dinâmico de disseminação de saberes, disponibiliza novas formas e arranjos simbólicos que podem estar a serviço da violência e que são difundidos rapidamente. Daí a necessidade de dar visibilidade a esses movimentos, inseridos nas redes sociais e a suas formas de manifestação que atuam na formação de subjetividades, expondo o ódio, a aversão ao diferente.

Por fim, destaca-se que a tentativa deste estudo foi compreender o funcionamento do discurso desses movimentos em redes sociais, buscando apreender, mediante a identificação das representações imaginárias ali materializadas, via diferentes formações discursivas, como a violência é simbolizada nesse espaço. Acredita-se ter contribuído, através do percurso teórico-analítico realizado, para a compreensão das discursividades que, embora circulem num espaço que favorece a dispersão, mutabilidade e a flutuação de posições, devido à ilusão de liberdade proporcionada pela internet, tentam manter uma suposta coerência ou unidade ideológica a partir de pressupostos fomentadores do ódio e da rejeição/negação do outro.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990
- AUTHIER-REVUZ, J. O lugar do outro em um discurso de falsificação da história. A respeito de um texto que nega o genocídio dos judeus no III Reich. In: *Entre a transparência e a opacidade*. Um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. v.1. 5.ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.
- CARVALHO, Pedro C. (2007) *O Fascismo e o Nazismo*. CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais. Disponível em: <http://www.ciari.org/investigacao/O_Fascismo_e_oNazismo.pdf> Acesso em: 19 de dezembro de 2012.
- CASTAN, Siegfried Ellwanger. *Holocausto: Judeu ou Alemão? Nos Bastidores da Mentira do Século*, Porto Alegre: Revisão, 1987.
- CIRNE-LIMA, Carlos R. V. *Sobre a contradição*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- Coleção 70º aniversário da 2ª Guerra Mundial, v.1. v.30 – São Paulo: Abril Coleções, 2009.
- COURTINE, Jean Jacques. Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, v. 9, n.2, octobre, 1982.
- COURTINE, Jean-Jacques. (1981). *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado ao cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- COSTA, Márcia Regina da. *Os Carecas do Subúrbio: Caminhos de um Nomadismo Moderno*. São Paulo: Musa, 2000.
- DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças*. Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- ERNST-PEREIRA, Aracy. *Retratos digitais*. Subjetivação e violência no Orkut. Projeto de Pesquisa. Pelotas: UCPEL, 2011.
- _____. *O espírito de clã na contemporaneidade*. A respeito de discursos neonazistas no Orkut. In: Congresso Internacional Linguagem e Interação, 2010. São Leopoldo. UNISINOS, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Lyola, 1996.
- GUIMARÃES, Eduardo; Paula, Miriam Rose Brum de. *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2005.
- HANT, Claus. *Young Hitler*. London Quartet Books, 2010.

- HAROCHE, Claudine. *A Condição Sensível*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.
- INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser. *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.
- INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser. *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.
- LEBRUN, Jean-Pierre. *O futuro do ódio*. Em discussão com Jean de Munck Dany-Robert Dufour. Porto Alegre: CMC, 2008.
- MALDIDIÉ, Denise. *A inquietude do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.
- OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- O Estado de São Paulo: *Neonazistas querem país só para brancos – 27 de setembro de 1992*. Acervo online. Disponível em: <<http://anarcopunk.org/antifa/denuncias-na-imprensa/neonazistas-querem-pais-so-para-brancos/>> Acesso em: 10 out. 2012.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1988.
- _____. Por uma análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1990.
- REVUZ, Authier. Entre a Transparência e a Opacidade: *Um Estudo Enunciativo do Sentido*. Porto Alegre: EDIPUC, 2004
- RICCHEZZA, Giulio. *Hitler - O Sonho do Führer, o Pesadelo do Mundo*. Portugal: Ministério dos Livros, Parede, 2008.
- SOUKI, Nádia, *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

SCHILLING, Voltaire, *O Nazismo: Breve História Ilustrada* - 3ª Edição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para a abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005

VIZENTINI, Paulo. *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 2000.

WELCH, David. *Hitler. Perfil de um Ditador*. São Paulo: Coleção História Narrativa, Edições 70, 2000.

ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Mao*. Sobre a prática e a contradição. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda, 2007.

_____. *Identidades Vazias*. Folha de São Paulo. Caderno “+ Autores”, 07/01/2007.. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0701200715.htm>> Acesso em: 05 fev. 2013

ŽIŽEK, Slavoj; DALY, Glyn. *Arriscar o impossível*. Conversas com Žizek. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins, 2006.